

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O ESTADO COMO PESSOA DE BEM

O Estado devia ser uma pessoa de bem, no sentido de zeloso e cumpridor, sempre actuando na sua relação com os cidadãos de plena boa-fé, com imparcialidade e com justiça, sabendo reconhecer quando erra e pronto a emendar os erros cometidos por sua própria iniciativa.

Devia, mas não é!

O Estado que conhecemos é em muitos casos tanto ou mesmo mais incumpridor que alguns dos mais incumpridores cidadãos, daqueles com lista publicada no jornal oficial e bens apreendidos. Se tal lhe fosse aplicável, o Estado teria de há muito sido mesmo considerado contumaz, e quanto a má-fé, esperamos a todo o momento a aplicação de tal epíteto, que agora também lhe é extensível pelo Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Com um Estado assim, desleixado, anonimamente irresponsável e reiteradamente incumpridor, os cidadãos vêm-se prejudicados e o país retrocede a olhos vistos.

Vejam-se os prazos de pagamento das dívidas do Estado aos seus fornecedores. Comparado com alguns dos atrasos de pagamento do Estado penso que parte dos devedores constante da lista das finanças poderá ser considerado um cumpridor exemplar..

Além de que atrasar os pagamentos tem também efeitos nefastos na economia do país, sendo gerador de perigosas desigualdades.

Em Portugal, onde o Estado tem ainda um peso sensível na economia e onde muitas empresas sobrevivem por conta dos fornecimentos ou prestações que fazem para ele, o atraso do pagamento desses fornecimentos ou serviços tem como consequência problemas graves de tesouraria dessas empresas, que por sua vez vão igualmente atrasar os seus pagamentos aos seus fornecedores e trabalhadores, num efeito terrível de bola de neve!

Pior quando estão em causa pequenas e médias empresas, como o são a grande maioria das empresas portuguesas, sem condições económicas e financeiras para aguentar atrasos de pagamento do Estado. A falência, o desemprego e a recessão económica é o que resta.

O PSD lançou um desafio essencial ao Governo: encurtar sensivelmente os prazos de pagamento, especialmente a pequenas e médias empresas. Num conjunto mais alargado de propostas lançadas pelo PSD em apoio das pequenas e médias empresas, a espinha dorsal da economia nacional.

Este desafio é essencial para a economia portuguesa. Como é essencial que o Estado seja efectivamente uma pessoa de bem!

Debate Mensal com o Executivo

Marques Mendes destrói com a verdade os argumentos “falidos” no passado do modelo de segurança social do PS



Destaques:

Marques Mendes critica “pensões milionárias” no Banco Portugal

Miguel Relvas Finanças admite recurso para o Tribunal Constitucional

PSD, na AR, acusa Governo de aproveitamento político das inspecções municipais

Debate mensal com o PM, no Parlamento

Luís Marques Mendes desmascara a colecção atabalhoada de remendos da reforma da Segurança Social do PS

O Presidente do PSD expôs no debate mensal parlamentar com o Primeiro-Ministro, na passada quarta-feira – e que trataria da reforma da Segurança Social – as vantagens da proposta de lei social-democrata de reforma da Segurança Social.

Foi um debate interessante, que revelou um Sócrates preocupado, algo inseguro, e que dedicou a quase totalidade do seu discurso de abertura a criticar as propostas do PSD, deixando por esclarecer as realidades das suas propostas que, afinal, são as do Governo!

Parlamento, resolverá a sustentabilidade da segurança social, contrariamente à proposta do Governo, que constitui «um remendo», não solucionando os problemas do sistema a médio e longo prazo.

«As necessidades de financiamento do período de transição, para que não haja redução de pensões, será assegurado pelo Fundo de Estabilização da Segurança Social e pelo recurso a dívida pública de longo prazo, sendo que neste caso nunca em valor superior a nove mil milhões de euros ao longo de todo o



Sócrates só foi igual a si próprio, quando se fez notar pela arrogância com que se dirigiu frequentemente aos deputados, não respeitando o direito regimental aos chamados «apartes», mandando-os calar de forma abrupta e chamando-lhes “ignorantes” e outros “mimos”, como uma professora a uma turma de meninos barulhentos. É interessante pensar porque é que, num debate pesadamente carregado a favor do Primeiro-Ministro, que tem sempre a última palavra em todas as intervenções, nem sequer a Mesa lhe chame a atenção para a forma «desportiva» com que deve aceitar comentários normais (desde que pontuais) das bancadas e para a linguagem correcta que, na boca de um Primeiro-Ministro, se exige exemplar?

De acordo com Marques Mendes, o diploma do PSD, que irá ser brevemente ser entregue no

período de transição [...] A nossa proposta representa um acréscimo da dívida incomensuravelmente mais baixo das despesas inerentes à manutenção do modelo do Governo», afirmou o presidente do PSD.

Para Marques Mendes, a manter-se este [o modelo do Governo], «o saldo negativo acumulado, ao longo dos próximos 30 anos, será cerca de cem mil milhões de euros e nos próximos 50 anos, de 176 mil milhões de euros». O líder do PSD adiantou que este passivo terá como consequência uma «brutal redução de pensões, ou o aumento de impostos, ou um muito maior recurso à dívida pública».

Marques Mendes sugeriu por isso ao primeiro-ministro que «ouça o que diz António Vitorino sobre o assunto». Recorde-se que o antigo ministro do PS manifestou receptividade face ao modelo proposto pelo PSD para a reforma da



Segurança Social.

A abrir a sua intervenção de réplica ao PM, Marques Mendes salientou exactamente a inconsistência das posições de Sócrates e reiterou as posições do nosso Partido, lembrando ao chefe do Executivo, como ponto inicial, que esta intervenção de Sócrates era singular, pois a sua maior parte tinha sido ocupada, não a falar do Governo, mas a falar das propostas do PSD, e por isso lhe queria agradecer. «... mas – disse – para quem afirmava que a nossa proposta não prestava, e que tinha chegado fora de horas, não deixa de ser significativo que tenha passado [todo esse tempo] a falar dela. Logo, ou o sr. está preocupado e incomodado ou sabe que a nossa proposta chegou no tempo certo e que tem suscitado um grande apoio!

«Esta é verdade! E o sr. PM, o que fez aqui, foi dizer o que já tinha dito agora acrescentado com o que se passou no Conselho da Concertação Social! A sua proposta pode resolver alguns problemas de curto prazo, mas não resolve os problemas de médio e longo prazo e não dá segurança às pessoas, quanto às pensões no seu futuro.

«A sua proposta é um remendo e não uma reforma!»

«Por isso mesmo, é um remendo e não uma reforma. E o seu discurso, de há instantes, fez-me lembrar o discurso de há 5 anos, do seu

antecessor e seu amigo, eng. António Guterres. Exactamente igual.

«Há 5 anos, o eng^o Guterres, com a sua ajuda e o seu apoio, anunciaram a reforma mais ambiciosa que alguma vez foi feita em Portugal, no domínio da Segurança Social. E assegurava aos portugueses, que ela assegurava aos Portugueses, para os próximos 100 anos, a Segurança Social.

«100 anos! E durou 5 anos. Só se enganaram em 95 anos! E o sr., agora, anuncia-nos ‘a proposta mais ambiciosa!’ Os senhores são os mesmos, os especialistas das vossas contas são os mesmos, o modelo é o mesmo. Que é que hoje vai acreditar que falharam há 5 anos e vão acertar agora?

«O PSD defende um modelo diferente, cujos contornos já aqui apresentei. É um modelo misto, um modelo gradual, equilibrado e justo. Hoje, quero concretizar aspectos da proposta que dentro em breve formalizaremos nesta Assembleia da República.

Primeiro: O modelo misto que defendemos aplicar-se-á obrigatoriamente a todos quantos entrarem de novo no mercado de trabalho;

Segundo: O modelo misto que apresentamos aplica-se também obrigatoriamente aos trabalhadores independentes com idade igual ou inferior a 35 anos;

Terceiro: Este modelo aplicar-se-á voluntariamente aos trabalhadores por conta de outrem com idade igual

Debate mensal com o PM, no Parlamento



ou inferior a 35 anos;

Quarto: O montante dos descontos que será afecto a uma conta individual de cada trabalhador é de 6%;

Quinto: Essa conta será feita num fundo público, que existirá obrigatoriamente, ou num fundo privado. É o trabalhador que decide se quer escolher um ou outro;

Sexto: As necessidades de financiamento do período de transição – para que não haja redução de pensões – será assegurada pelo Fundo de Estabilização da Segurança Social e pelo recurso a dívida pública de longo prazo, sendo que neste caso nunca em valor superior a 9 Mil Milhões de Euros ao longo de todo o período de transição.

«Foi esta a solução adoptada por todos os Países da Europa que mudaram para um sistema misto. Incluindo, quando foi necessário, com expressa aprovação da Comissão Europeia.

«Esta é a nossa proposta. Uma reforma. Não um remendo. Uma proposta que garante pensões mais elevadas e a solidez da segurança social no curto, médio e longo prazo. Uma proposta que deveria ser aprovada num consenso alargado para acabar com este clima de incerteza que paira sobre os trabalhadores Portugueses.

«Acréscimo que este valor de aumento transitório da dívida pública, é um valor

incomensuravelmente mais baixo que o valor que resulta do custo da proposta do Governo, que também tem um custo – e um custo incomensuravelmente mais elevado. É que convém recordar que os especialistas já disseram que a manter-se o modelo que o Governo pretende, o saldo negativo acumulado, ao longo dos próximos 30 anos, será de cerca de 100 Mil Milhões de Euros e nos próximos 50 anos, de 176 Mil Milhões de Euros (cerca de 120% do PIB).

«São os especialistas que bem conhece e cujos nomes evito repetir, ou seja valores tais, pelo custo elevado, que acarretarão, ou uma brutal redução de pensões ou aumento de impostos ou muito maior recurso a dívida pública. Esta é que a verdade dos factos

«Quero dizer-lhe que nossa proposta nada tem a ver com privatização. Essa é a linguagem que a CGTP usa na rua... Nem vale a pena discutir isso. Ouça o que sobre tem vindo a dizer o seu amigo António Vitorino, que já afirmou várias vezes, publicamente – e ele senta-se na sua bancada! – que a proposta do PSD nada tem a ver com privatização. Sejam, pois, honestos e não vamos estar aqui com habilidades.

«Senhor PM: o seu problema é outro. O seu problema não é as contas, é o modelo! É aí que o sr. não quer mudar. Tem um Congresso à porta, tem alguma Esquerda à perna e está, por isso, prisioneiro – e não tem a coragem de mudar de modelo. O sr.

gosta muito de se apresentar como uma pessoa de coragem e reformadora, mas aqui, em matéria de segurança social e mais não faz que um mero remendo. E quem paga por isso? As certezas e a estabilidade dos trabalhadores no

dar-lhe: o modelo actual, ainda que com algumas correcções, pode garantir a segurança social no curto prazo, mas no médio e no longo prazo, conduz à ruptura; e em matéria de pensões o médio e longo prazo é “já ali”, porque o jovem que hoje entra no mercado de trabalho, tem de ter a garantia razoável de que, no final da sua vida profissional, tem direito a pensão que justamente muito merece.

«Uma segunda questão, sr. PM: a questão das contas!

«O senhor nem se dá conta de que, pelo meio da sua comunicação e da suas declarações relativas à posição do PSD, vai entrando em sucessivas contradições. São ‘as contas’, mas depois diz ‘mas se não fossem as contas, do que nós discordamos é do modelo!’ O ponto é esse!

«O ponto é esse, como aliás, já o disse na carta que sobre o assunto me escreveu.

«Senhor Primeiro-Ministro, o que nós não estamos a ver é a coragem de mudar!»

«Mas quanto às contas, eu disponibilizo os especialistas que trabalharam connosco nesta matéria, para virem à Assembleia da República, ou junto do Governo, ou a ambos, para explicarem rigorosamente todas as conclusões a que chegaram e como chegaram a elas, porquê a elas e não a outras.

«Espero que, simultaneamente, o senhor disponibiliza os especialistas que trabalharam no seu modelo, embora neste caso devam ser os mesmo que já falharam há cinco anos atrás. Não deixará de ser curioso ouvi-los!

«Mas curioso, realmente, é isto: em matéria de contas, o sr. PM, que tanto se preocupa com elas, nem uma palavra aqui disse – zero! – como se não tivesse ouvido o que eu aqui disse aqui, sobre quais são as contas do custo que adviria da manutenção do seu modelo.

«Repito: especialistas que o sr. tão bem conhece que nem vale a pena estar a citar os seus nomes, afirmam que no seu modelo, o saldo negativo acumulado nos próximos 30 anos será de cem mil (100.000.000) milhões de euros e de cento e setenta e seis mil (176.000.000) milhões de euros ao fim de 50 anos!

«E o senhor, sobre as suas contas, sobre estas contas, nada diz? É que estamos ante um custo que se paga e que se paga fortemente!

«Senhor primeiro-ministro, o que nós não estamos a ver é a coragem de mudar! E no entanto, não estamos a inventar! Então o senhor acha que países como a Holanda, a Suíça, a Inglaterra, a Finlândia – grande exemplos de desenvolvimento e que adoptaram estes modelos – estão todos enganados? E entende que

futuro, e a curto prazo, um novo abaixamento de pensões de reforma. Isso não é sério e sobretudo, não é justo!»

Na réplica, o eng^o Sócrates repetiu argumentos usados anteriormente e fez a apologia do seu modelo, tentando desvalorizar os argumentos de Marques Mendes – mas sem aduzir denegação válida e sustentada por números convincentes.

Assim, ficou “com o flanco descoberto” para os argumentos finais do Presidente do PSD, que afirmou: «... a proposta que vamos apresentar e de que dei hoje mais alguns detalhes, não é nenhum recuo. Está rigorosamente na linha dos princípios apresentado em Junho e que corresponde sempre a esta preocupação: mudar de modelo, porque o modelo actual está esgotado. Não sou eu apenas que o digo, são todos os especialistas, muitos dos quais do seu Partido.

«A resposta está em fazer uma mudança de modelo, de forma gradual, moderada e equilibrada. Nós somos reformistas e queremos reformar (ao contrário do que acontece consigo); mas não somos revolucionários.

Por isso, com este equilíbrio e esta moderação, queremos uma mudança de modelo. Uma mudança profunda de modelo que é importante do ponto de vista da liberdade e do sentido de responsabilidade do cidadão e do trabalhador, e que é importante também do ponto de vista da segurança social.

«Porque, sr. PM, não há volta a

Debate mensal com o PM, no Parlamento

países como a Polónia, a Hungria, a Eslováquia, que rapidamente querem aproximar-se dos níveis de vida desenvolvidos, também estão todos enganados? Não, senhor primeiro-ministro, não estão todos enganados!

«Acontece que o que o senhor está a fazer – falando hoje sobretudo para dentro da sua bancada, com um Congresso à porta e a esquerda à perna – é tentar é, por via de preconceitos ideológicos que não fazem sentido, amarrar o País a um remendo, ficando com uma “Espada de Damocles” sobre os trabalhadores e sobre os pensionistas futuros, com estas consequências: de cinco em cinco anos estarmos a mudar de modelo de segurança social. Isto não conduz a lado nenhum. Sobretudo não conduz a induzir segurança, confiança e certezas aos Portugueses.

«Quando eu lhe disse que era importante um entendimento alargado nesta matéria, fazia-o por estas duas razões: a primeira, porque

estou convicto que em matéria de segurança social não se pode andar a mudar de regras de 5 em 5 anos – até porque, quando isso acontece, é sempre para diminuir as pensões, nunca é para as aumentar!

«A segunda, porque entendo que em matérias como esta, o egoísmo partidário deve ceder perante o interesse nacional.

«Por isso concluo, dizendo-lhe: os únicos interesses que estamos aqui a defender, senhor primeiro-ministro, são os interesses dos jovens, dos trabalhadores e dos pensionistas. São os únicos que me cabe defender!»

* Assim terminaram as intervenções de Marques Mendes, tendo ainda falado, nas intervenções subsequentes, os deputados Paes Antunes e Agostinho Branquinho, das quais daremos notícia noutra local.

– **Luís Rodrigues, apoio técnico de Audiovisuais, fotos GP PSD**



Em entrevista à RTP, Marques Mendes insiste em acordo e sugere utilização dinheiro das SCUT para pagar pensões

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, ainda ter “esperança” num acordo com o Governo para a reforma da Segurança Social e sugeriu a afectação às pensões do dinheiro gasto com as SCUT’s.

“Tenho sempre esperança, porque sou um optimista”, disse Marques Mendes, em entrevista à RTP1, quando questionado sobre se ainda acredita na possibilidade de um acordo com o Governo em matéria de Segurança Social.

A reforma da Segurança Social foi, aliás, um dos temas principais da entrevista, com Marques Mendes a insistir que a proposta apresentada pelo Governo representa apenas um “remendo” e irá obrigar a novas mudanças após as eleições legislativas de 2009.

Em alternativa, Marques Mendes voltou a defender um sistema misto, contestando os números apresentados quinta-feira pelo Governo, quando o primeiro-ministro previu que esse sistema geraria no prazo de 30 anos um aumento da dívida pública de 100 mil milhões de euros.

“As contas do Governo não têm nada a ver com a realidade”, afirmou o líder social-democrata, insistindo que, com o sistema misto, o aumento da dívida pública não seria superior a 9 mil milhões de euros.

“As contas estão feitas e podem ser escrutinadas, tudo depende do universo de trabalhadores que for considerado”, salientou, acrescentando, contudo, que além do recurso à emissão de dívida pública, outras alternativas podem ser utilizadas no chamado “período de transição” entre o actual sistema e um novo sistema misto.

Uma das alternativas, continuou o líder social-democrata, poderá ser a afectação às pensões do dinheiro que o Estado gasta todos os anos na manutenção das SCUT’s (auto-estradas sem custos para o utilizador), ou seja, cerca de 700 milhões de euros.

“É muito mais justo aplicar o dinheiro de todos os portugueses nas pensões, do que em auto-estradas onde apenas alguns passam”, sublinhou o líder social-democrata.

Marques Mendes prometeu ainda que, caso o Governo não opte pelo sistema misto proposto pelo PSD e se vencer as próximas eleições legislativas de 2009, irá “pôr em prática este modelo”.

Na entrevista, Marques Mendes falou também da forma como decorreu o processo de escolha do novo Procurador-Geral da República, congratulando-se uma vez mais por os partidos terem sido ouvidos sobre o perfil, assim como pelo facto do primeiro-ministro ter consultado o PSD sobre o nome em concreto.

“É um exemplo que deve ser desenvolvido em outras áreas, como por exemplo, na nomeação do Chefe Maior das Forças Armadas”, sugeriu Marques Mendes, considerando que a prática de ouvir os partidos da oposição “não diminui o Governo, mas favorece o sentido de Estado”.

Outro dos temas abordados na entrevista foi o próximo referendo sobre o aborto, matéria em relação à qual Marques Mendes reconheceu ter uma “postura moderada”.

“Não sou a favor da liberalização do aborto, mas também discordo que uma mulher seja presa porque fez um aborto”, afirmou, escusando-se sempre a dizer explicitamente qual será o seu sentido de voto no referendo, alegando que ainda não conhece a questão que será colocada.

Apesar disso, o líder social-democrata confirmou que votou “não” no referendo realizado há oito anos, por achar “que a lei actual é equilibrada”.

Marques Mendes reiterou também que, nesta questão, o PSD enquanto partido não fará campanha, porque se trata de “uma matéria do foro individual de cada um”.

– Fonte: Lusa



Actividades do PSD

Marques Mendes critica Governo devido a “pensões milionárias” no Banco Portugal

Luis Marques Mendes ao final do fim-de semana passado, esteve em Évora, no encerramento da Convenção Distrital do PSD, que decorreu ao longo do dia numa unidade hoteleira da cidade.

O presidente do PSD acusou o Governo de, ao contrário do anunciado “há ano e meio”, não ter tido “coragem”, até agora, para “pôr ordem nas pensões milionárias” dos gestores do Banco de Portugal.

“Há um ano e meio vi o Governo a anunciar que ia rever e diminuir as pensões milionárias dos administradores do Banco de Portugal. A verdade é que passou um ano e meio e o Governo nada fez”, criticou o líder do PSD.

Num discurso em que não poupou críticas à actuação do executivo socialista, liderado por José Sócrates, sobretudo em matéria económica e orçamental, o presidente social-democrata retomou as críticas relativas às pensões dos administradores do Banco de Portugal (BP), a que já no ano passado aludiu.

“O Governo preocupa-se em diminuir as pensões dos reformados, em especial os da função pública, mas não é capaz de ter a coragem de pôr ordem nas pensões milionárias dos gestores do Banco de Portugal e dos administradores das empresas públicas”, argumentou.

Essa actuação é demonstrativa de que o Executivo “tem dois pesos e duas medidas”, sublinhou, perante os militantes de Évora, acrescentando que o país vive “numa encruzilhada”, devido à “ausência de estratégia económica e uma estratégia orçamental errada” do Governo.

Marques Mendes sustentou que é a “primeira vez em 30 anos” que, após uma crise económica na Europa, Portugal “não consegue acompanhar a retoma e a recuperação” à mesma velocidade dos restantes países europeus.

“Em crises anteriores, nos anos 80 e início dos 90, quando a Europa começou a recuperar, Portugal cresceu sempre mais. Mas desta vez a Europa já está em recuperação económica significativa e Portugal está a crescer muito menos”, afirmou.

“O nível de vida de cada português fica mais longe e mais distante do nível de vida de cada europeu e que, a cada ano que passa, nos afastamos mais da Europa”, considerou.

O líder do PSD, que hoje cumpria a sua sétima deslocação a Évora em ano e meio, “acusou também o Governo de, nesse período de tempo, ter “andado a anunciar investimentos privados” pelo país, quando “a verdade é que esse investimento tem vindo sempre a diminuir”.

“Feitas as contas, anunciou 19 mil milhões de euros de investimento. Mas, em ano e meio, trimestre a trimestre, o investimento privado tem vindo sempre a diminuir”, afirmou, garantindo que a situação “ainda é pior” em termos investimento público: “O Governo anunciou 700 milhões de euros no Orçamento de Estado de 2006, mas, a três meses do final do ano, nem sequer um terço do investimento público foi utilizado”.

Assegurando tratar-se da “mais baixa taxa de execução dos últimos seis anos”, Marques Mendes aludiu ainda ao investimento directo estrangeiro em Portugal, criticando o executivo por não conseguir “segurar as empresas” sedeadas no país, nem “atrair novos investimentos”.

“O ministro da Economia passa o tempo a prometer investimento oriundo de praticamente todos os países do Mundo. A verdade é que, desde Maio do ano passado, há 15 meses consecutivos, o investimento estrangeiro em Portugal está sempre a diminuir”, criticou.



Quanto à estratégia orçamental do Governo, o presidente do PSD asseverou que “o problema” de Portugal “não é a falta de receita”, mas antes “o excesso de despesa pública”, explicada pela existência de “um aparelho do Estado grande demais e ineficiente”.

O PSD, em contraponto, defende “políticas diferentes” em matéria de impostos, “selectividade do investimento público” e para as empresas, garantiu, sublinhando que, relativamente a estas últimas, na próxima semana vai apresentar um programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Finanças Locais: PSD admite recurso para o Tribunal Constitucional

O PSD admite recorrer ao Tribunal Constitucional se a proposta de lei do Governo sobre Finanças Locais, for promulgada pelo Presidente da República sem alterações, disse à Informação o deputado social-democrata Miguel Relvas.

“É uma hipótese, é uma das questões que será debatida no dia 11”, afirmou Miguel Relvas, antigo Secretário-Geral e ex-secretário de Estado da Administração Local do Governo de Durão Barroso.

Para dia 11 de Outubro, está marcada a discussão na Assembleia da República das propostas do Governo e dos partidos relativas a legislação sobre as Finanças Locais.

Miguel Relvas recusou, contudo, que este possível recurso ao Palácio Ratton seja uma forma de pressão sobre o Presidente da República. “É uma questão de princípio, as questões de princípio não são pressões nem pressionáveis”, frisou.

Miguel Relvas salientou ainda que existem vários pareceres que apontam para a inconstitucionalidade do diploma, como o do Professor de Direito e ex-líder do PSD Marcelo Rebelo de Sousa e do jurista Diogo Leite de Campos.

A fiscalização sucessiva de um diploma - após a sua promulgação - pode ser requerida por um décimo dos deputados da Assembleia da República, ou seja, 23 parlamentares.

“Não é uma pressão, é uma possibilidade que cabe aos partidos”, afirmou.

O PSD tem criticado a proposta do Governo para reformular a Lei das Finanças Locais, considerando-a “altamente gravosa para os direitos e legítimas expectativas das autarquias locais, traduzindo-se, na generalidade dos casos, no estabelecimento de sérias restrições orçamentais”.

A proposta de lei do executivo para as finanças locais tem gerado polémica com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), que argumenta que com as novas regras



Actividades do PSD

205 câmaras ficarão com a capacidade de endividamento esgotada, impossibilitadas de recorrer a crédito, enquanto o Governo afirma que ficarão apenas 70 nessa situação.

A associação, cuja direcção foi recebida segunda-feira pelo Presidente da República e terça-feira pelo Governo, realiza hoje um Congresso Extraordinário para discutir a oposição manifestada pelos autarcas ao diploma.

PSD, na AR, acusa Governo de aproveitamento político das inspecções municipais

O PSD acusou o Governo de utilizar as inspecções municipais como “meras armas de combate político”, alegando que apenas têm incidido sobre as autarquias sociais-democratas.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, o PSD defende as actividades de fiscalização realizadas pela Inspecção-Geral das Finanças (IGF) e Inspecção-Geral da Administração do Território (IGAT), mas questiona os critérios de selecção que têm estado na base da escolha dos municípios.

“O objectivo basilar destes instrumentos é averiguar e avaliar o estrito cumprimento da lei (...) não podendo ser utilizados pelo Governo como meras armadas de combate político, como temos razões para acreditar que tem acontecido na actual legislatura”, sublinha o texto.

Por estas razões, os sociais-democratas consideram que tem havido “uma grave falta de transparência” em todo o processo e exigem esclarecimentos ao Governo sobre estas inspecções que podem estar “a ocultar acções orientadas por puro oportunismo político”.

“Quais os critérios de selecção das entidades a serem fiscalizadas pela IGF e IGAT? Qual a periodicidade destas acções inspectivas?”, questionam os deputados sociais-democratas.

O PSD quer ainda saber quais os municípios com inspecções realizadas ou programadas desde o início da legislatura e até ao final do ano, estranhando que esta informação não esteja disponível para consulta pública.

Finanças Locais: PSD questiona a forma como Governo está transferir verbas

O deputado social-democrata Miguel Relvas voltou hoje a solicitar ao Governo informações sobre as transferências para as autarquias, considerando que a recusa do executivo em dar informações suscita dúvidas que se estejam a utilizar verbas de “forma selectiva”.

“A persistente recusa do Governo em dar informações (...) acerca da aplicação dos 200 milhões de euros (...), suscita sérias dúvidas de que o executivo pode pretender, neste quadro de fortes restrições orçamentais, utilizar tais verbas de forma selectiva para, numa lógica preventiva, aliviar as consequências da aplicação da nova lei sobre as autarquias que lhe sejam politicamente próximas”, lê-se numa carta enviada hoje por Miguel Relvas ao presidente da Assembleia da República.

A carta, surge na sequência de um requerimento enviado a 22 de Junho por quatro deputados sociais-democratas, onde solicitam informações sobre a transferência de verbas para as autarquias ao abrigo de contratos-programa, no quadro do Orçamento do Estado para 2006.

Nesse requerimento, os deputados do PSD Miguel Relvas, Hermínio Loureiro, Vasco Cunha e Mário Albuquerque solicitavam, entre outras questões, informações sobre o número de contratos-programa que já tinham sido celebrados e sobre as autarquias que tinham até aquele momento sido



contempladas com tais transferências e respectivos montantes.

Contudo, face à ausência de resposta do Governo a estas questões, o deputado Miguel Relvas enviou hoje uma carta ao presidente da Assembleia da República onde solicita a Jaime Gama que, no uso dos seus poderes, “diligencie junto do executivo para que, com carácter de urgência, forneça finalmente os elementos solicitados” no requerimento de 22 de Junho.

“É um apelo que faço ao senhor presidente, porque me sinto impotente para fazer com que o Governo cumpra as regras”, disse, lembrando que o regimento da Assembleia da República determina claramente que a entidade de requerida deve

responder com a urgência que a pergunta justificar.

“Já passaram três meses, mais do que o tempo suficiente para que respondam”, sublinhou, considerando que, neste caso, a omissão é tanto mais grave porque o Governo se prepara para apresentar na Assembleia da República a Lei das Finanças Locais.

“Como não me respondem tenho todo o direito de pensar que, neste momento, estão a utilizar as verbas de forma selectiva para aliviar as consequências da aplicação da nova lei sobre as autarquias que lhe sejam mais próximas”, acrescentou o deputado social-democrata.

Miguel Relvas lamentou ainda a “pressão” que o secretário de Estado da Administração Local está a fazer junto dos autarcas socialistas, com quem se tem reunido.

“Está a tentar condicioná-los politicamente”, acusou, numa alusão às reuniões que Eduardo Cabrita vai ter hoje à noite com autarcas socialistas da Grande Lisboa.

Na carta enviada a Jaime Gama, Miguel Relvas refere-se à nova Lei das Finanças Locais como uma proposta “altamente gravosa para os direitos e legítimas expectativas das autarquias locais traduzindo-se, na generalidade dos casos, no estabelecimento de sérias restrições orçamentais”.

Renegociação do acordo para a criação da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea - Coleção Berardo

O PSD vai propor a renegociação do acordo para a criação da «Fundação de Arte Moderna e Contemporânea - Coleção Berardo», por considerar que o Governo não salvaguardou a posição do Estado enquanto parte da parceria.

“A posição do Estado enquanto parte do acordo não foi salvaguardada, o Governo não defendeu o interesse público”, disse o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Pedro Duarte.



Por esse motivo, os sociais-democratas vão, então, propor durante a discussão da apreciação parlamentar sobre esta matéria, a renegociação do acordo assinado em Abril entre o Ministério da Cultura e o empresário madeirense para a criação da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea - Coleção Berardo.

No âmbito desse acordo, ficou estabelecido que 862 obras seriam emprestadas por Joe Berardo durante dez anos ao

Actividades do PSD



Estado português e ficariam instaladas no Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Ainda de acordo com o protocolo assinado com o empresário madeirense, ao fim desses dez anos o Estado terá a opção de compra da colecção.

Sem contestar a “postura” do empresário madeirense ao longo do processo de negociação, durante o qual chegou a ameaçar levar a colecção para o estrangeiro, o vice-presidente da bancada do PSD sublinhou a necessidade de se revogar o protocolo existente.

Foi um processo pouco transparente. É preciso renegociar o acordo para encontrar uma melhor solução”, acrescentou.

Um dos pontos do acordo contestado pelo PSD refere-se à questão do empréstimo da colecção durar apenas dez anos.

“Dez anos é um espaço de tempo muito curto. No fundo, nada ficou resolvido, apenas de adiou a questão por dez anos”, referiu Pedro Duarte.

Contudo, e ainda segundo o vice-presidente da bancada social-democrata, na sua apreciação parlamentar ao decreto de lei que cria a «Fundação de Arte Moderna e Contemporânea - Colecção Berardo», o PSD não vai discutir as condições do acordo.

“Não deve ser o Parlamento a definir as condições do acordo. Não queremos que o Parlamento se substitua ao Governo”, justificou Pedro Duarte.

O vice-presidente da bancada social-democrata considerou ainda ser “perfeitamente viável” a renegociação do acordo, já que, segundo as informações de que o PSD dispõe, a abertura da exposição no Centro Cultural de Belém já não acontecerá no início de 2007.

“Segundo as informações que dispomos, a abertura foi adiada para o segundo semestre de 2007, coincidindo com a presidência portuguesa da União Europeia”, adiantou.

Em finais de Julho, quando promulgou o decreto de lei que cria a Fundação de Arte Moderna e Contemporânea, o Presidente da República levantou algumas dúvidas em relação ao diploma.

De acordo com a nota da Presidência da República divulgada na altura, as dúvidas de Cavaco Silva residiram “principalmente no que se refere à distribuição de poderes entre o Estado e o coleccionador ou pessoas por ele designadas, no caso do Estado Português efectuar a opção de compra da colecção Berardo”.

Uma opção que “será feita, conforme previsto, de acordo com o valor de mercado”, é ainda salientado na nota.

Contudo, era ainda referido na nota da Presidência, “mesmo após o exercício da opção de compra” pelo Estado, o coleccionador “continuará a dispor de poderes muito amplos de intervenção na gestão de um acervo de bens” que passa a ser património do Estado, cabendo-lhe, nomeadamente, “a prerrogativa vitalícia relativa à nomeação do director do museu”.

Já depois da promulgação do diploma, o Ministério da Cultura emitiu uma nota onde se afirmou seguro de ter salvaguardado plenamente os interesses do Estado no acordo.

“O acordo celebrado entre o comendador Joe Berardo e o Estado constitui, naturalmente, um equilíbrio dos interesses manifestados por cada uma das partes. Sendo certo que um acordo é sempre um compromisso, o ministério da Cultura es tá seguro de ter garantido plenamente a salvaguarda dos interesses do Estado”, lia-se na nota.

Comunidades: Deputados do PSD questionam Governo sobre recenseamento eleitoral

Os deputados do PSD pela Emigração querem saber se o Governo pretende desenvolver campanhas de informação e sensibilização para promover o recenseamento eleitoral junto dos portugueses residentes no estrangeiro.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, Carlos Gonçalves e José Cesário sublinham que, “apesar da tão anunciada implementação do recenseamento eleitoral electrónico, não foi levada a efeito nenhuma campanha de informação e de sensibilização dirigida às comunidades”.

Os deputados referiam-se ao programa informático anunciado no ano passado pelo secretário de Estado das Comunidades, António Braga, que deverá estar pronto até final da legislatura e que pretende facilitar o recenseamento nos cadernos eleitorais nos consulados.

O objectivo é impedir que a ficha consular seja fechada sem que esteja preenchido o campo do recenseamento eleitoral, que apenas não será feito se o utente o referir expressamente.

Por isso, perguntam ao Governo se pretende “proceder a uma campanha de informação e sensibilização junto das comunidades portuguesas sobre o recenseamento eleitoral”.

No requerimento, Carlos Gonçalves e José Cesário acusam ainda que “muitos dos consulados de Portugal continuam a não ter nas suas instalações qualquer indicação relativa aos serviços de recenseamento eleitoral”.

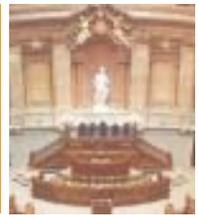
“Apesar de haver alguma unanimidade sobre esta questão, o que o cidadão comum constata no quotidiano é que o recenseamento eleitoral não parece ser uma prioridade para a maioria dos postos consulares”, acrescentam.

Os deputados consideram ser “fundamental proceder a uma campanha de informação e de sensibilização junto das comunidades sobre esta matéria”, nomeadamente sobre a possibilidade que a lei dá a um emigrante de ser recenseado no consulado por um representante.

“Quais as razões que levam que a inscrição no recenseamento eleitoral através de um representante não seja tida suficientemente em consideração por muitos dos postos consulares, apesar dos benefícios evidentes que decorrem para os portugueses residentes no estrangeiro”, questionam ainda os deputados.

– PL, texto e fotos. Fontes: Lusa





Intervenção sobre a criação do serviço público de caixa postal electrónica

Deputado Melchior Moreira
Assembleia da República, 29 de Setembro 2006

(...)

Importa, por uma questão de metodologia e de análise global de todas as envolventes do serviço postal, lembrar que a Lei de Bases do serviço postal, o estabelecimento, gestão e exploração de serviços postais no território nacional, bem como os serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, a Lei n.º 102/99, de 26 de Julho, foi discutida e aprovada na Assembleia da República, tendo obtido o voto favorável do PSD, mas com a advertência da necessidade de, a par da liberalização gradual e controlada dos serviços postais e da abertura dos correios à iniciativa privada, se obter ganhos de eficiência acrescida, com naturais reflexos em expectantes aumentos de qualidade global, de modo a que os utilizadores/consumidores viessem a ser beneficiados.

Já então, o PSD, consciente da progressiva alteração dos padrões de exigência, da evolução tecnológica e do agravamento dos custos, alertou para a aproximação, progressiva, dos preços aos custos reais, de forma a que fosse possível manter elevados níveis de qualidade do serviço postal universal.

(...)

Tal como, aquando da discussão da Proposta de Lei que deu origem à Lei n.º 102/99, de 26 de Julho, o PSD entende que o serviço postal universal é uma das pedras de toque do serviço social prestado pelos CTT, que não pode ser colocado em crise.

Mesmo num quadro de liberalização total do tráfego postal em 2009, proposta esta que se encontra em debate na União Europeia, é pacífica a essencialidade da preservação do serviço postal universal, dando liberdade a cada Estado membro para definir o modelo de financiamento do serviço universal.

(...)

No nosso País, cerca de 25,4% do tráfego já é explorado em regime de concorrência, e os CTT detêm uma quota de mercado de cerca de 47,4% do correio expresso e de 98,1% nos restantes serviços.

Comparativamente com outros países da Europa, como a Suécia e a Finlândia, que avançam a passos largos para a liberalização, em Portugal ainda subsiste uma reserva de actuação dos CTT.

Mas, este papel dos CTT deve ser encarado como um factor de dinamismo e de transformação qualitativa do serviço prestado e não como um factor redutor da evolução do serviço postal e de todos os serviços conexos.

As notícias, neste campo, indicam que os CTT querem avançar para a expansão da sua actividade na Península Ibérica, com aquisição de outros operadores, numa lógica de mercado, de concorrência, que se saúda, mas que impõe uma pergunta: para onde vão os CTT?

O Governo e a Administração dos CTT estão a preparar a privatização da empresa?

Ou esta estratégia visa o reforço de uma área sensível, para melhor enfrentar os desafios da liberalização?

(...)

Estas são algumas das questões que devem, na nossa perspectiva, ser ponderadas.

A liberalização é uma inevitabilidade, por força dos nossos compromissos europeus.

Mas, sendo inevitável, compete ao Governo garantir que o serviço postal universal se vai manter, em nome da subsidiariedade e da solidariedade.

Cabe ao Governo dar estas garantias aos portugueses e compete a este Parlamento avaliar a bondade dessas medidas.

Uma outra questão que não pode deixar de ser abordada é a da criação do “serviço de caixa postal electrónica”.



Esta medida, uma das do famoso choque tecnológico, que o Senhor Primeiro-Ministro perdeu algures e tem dificuldade em encontrar, tanta é a confusão que se espalha na “rede”, mereceu a adesão, até agora, de 22 mil os portugueses.

O serviço Via CTT, que permite a todos os cidadãos, empresas e instituições públicas terem uma caixa postal electrónica, possibilitando o agrupamento de várias facturas electrónicas, extractos bancários e outros documentos, bem como personalizar o tipo de correspondência pretendida e efectuar pagamentos, exigiu dos CTT um investimento de 2,5 milhões de euros.

Para este serviço, os CTT disponibilizaram 10 milhões de caixas postais electrónicas, uma para cada português, empresa e instituição.

O Mundo Virtual do Governo, a miragem do crescimento económico e a ilusão de um País permanentemente ligado ao computador, induziu a empresa CTT em erro, uma vez que a info-exclusão é uma realidade, que só o Governo desconhece.

Este desajustamento, entre a realidade dos vinte e dois mil aderentes, na sua maioria empresas, e os dez milhões de caixas postais electrónicas disponibilizadas pelos CTT, deveria servir de motivo de reflexão para que o Governo, deixasse de vender ilusões.

Seria importante que o Governo viesse esclarecer se pretende preparar os CTT para a privatização ou se pretende reforçar a competitividade da empresa.

Seria importante que, num momento em que as telecomunicações sofrem ondas de choque que podem revolucionar todo o sector, o Governo tivesse uma posição clara quanto ao futuro.

(...)



Intervenção sobre a criação da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea - Colecção Berardo

Deputado Pedro Duarte

Assembleia da República, 29 de Setembro 2006

(...)

O pedido de apreciação parlamentar, apresentado pelo PSD e que deu origem a este debate, tem um único fundamento: a defesa do interesse público.

O elevado valor artístico da Colecção Berardo e a relevância da sua permanência no nosso País, não devem ser motivos para inibir o dever de questionar e o direito de discordar dos termos do acordo assinado.

O acompanhamento das decisões governamentais, nomeadamente, as que oneram significativamente o Estado, é uma das responsabilidades do Parlamento.

(...)

Importa, em primeira instância, clarificar a posição do PSD para que não reste qualquer dúvida.

Ponto 1: o PSD deseja a permanência da Colecção Berardo em território nacional.

Ponto 2: o desejo, que presumo unânime, de permanência da Colecção Berardo no nosso País, não justifica um acordo a todo o custo.

Como em tudo na vida e, muito particularmente, na gestão dos recursos públicos, é fundamental encontrar o ponto de equilíbrio que não crie situações de injustiça e que não advenha de processos pouco transparentes.

A bem da verdade, devemos dizer que este acordo nos levanta inúmeras reservas.

Não contestamos, de forma alguma, a postura negocial do proprietário da Colecção.

Pelo contrário, devemos mesmo louvar e enaltecer o facto de um cidadão Português ter, ao longo dos anos, constituído um acervo cultural com este incontestável valor artístico.

Aquilo que é o nosso dever, aqui no Parlamento, é questionar a defesa do interesse público. Isto é, o papel do Estado, representado pelo Governo.

É aqui que temos dúvidas.

Conhecido o acordo verificamos



que o Estado cedeu em tudo.

Deixo apenas alguns exemplos:

O prazo do comodato por apenas 10 anos, limitando-se assim a adiar a solução;

A criação de um Museu Colecção Berardo;

A criação de uma Fundação em parceria com a Associação Colecção Berardo;

O estabelecimento de uma dotação específica do Estado para um Fundo de Aquisições;

Ou o local onde será instalado o referido Museu.

Será consensual considerar o CCB como um dos locais mais adequados para a instalação desta Colecção.

Mas o mesmo já não se poderá dizer da opção pela ocupação total do Centro de Exposições, podendo assim inviabilizar a realização de exposições temporárias – que para além de serem muito visitadas, como por exemplo a World Press Photo, entre tantas outras, atribuem uma forte dinâmica, muito positiva ao CCB.

A resposta a estas e a outras questões foram solicitadas pelo PSD, em devido tempo, ao Ministério da Cultura, por via de Requerimento escrito.

Numa atitude responsável, o PSD procurou clarificar alguns pontos que

nos ofereceram dúvidas como - um outro exemplo - os custos para o Estado no que concerne à instalação, conservação e manutenção do Museu.

A resposta do Ministério da Cultura, 96 dias após o envio do requerimento, é bem elucidativa da irresponsabilidade do Governo neste processo.

Passo a citar, literalmente, a referida resposta que nos foi enviada pelo Governo: «Os custos de instalação, conservação e manutenção do Museu ainda não estão quantificados, com rigor.»

(...)

Se, por um lado, os custos não estão quantificados, as obrigações do Estado estão bem determinadas: no Decreto-Lei em apreço, podemos ler que «Pelo Ministério da Cultura será inscrita, anualmente, uma verba (...) para fazer face às despesas de funcionamento e actividades da Fundação a atribuir nos termos previstos nos respectivos estatutos.»

Remetidos para os estatutos, percebemos que está em causa, volto citar, «a manutenção do Museu em condições adequadas, comparáveis aos grandes museus internacionais de arte moderna e contemporânea.»

Ou seja, se por um lado, desconhecemos qualquer estimativa de quantificação de custos para o Estado, por outro lado, as obrigações não deixam espaço para qualquer dúvida.

Lembremos que está igualmente

prevista a atribuição – cito literalmente mais uma vez - um «subsídio anual do Estado, através do Ministério da Cultura, para o funcionamento da Fundação, a atribuir em duas prestações que se vencem, respectivamente, em Março e Setembro de cada ano».

Isto é,

o Estado paga a instalação, conservação e manutenção do Museu, o Estado subsidia o funcionamento do mesmo,

o Estado cede a sala de exposições do CCB, cujo custo de oportunidade é incalculável,

o Estado compromete-se a manter um Museu «comparável com os grandes museus internacionais»,

Mas ninguém faz ideia de quanto isto vai custar aos bolsos dos portugueses!

Pura irresponsabilidade!!!

Dou ainda um outro exemplo das múltiplas dúvidas que este diploma nos suscita.

Refiro-me à distribuição de poderes entre o Estado e o coleccionador, nomeadamente a partir do momento em que o Estado Português decida accionar a opção de compra da Colecção.

Nesse caso, apesar da Colecção ser comprada pelo Estado e assim passar a ser património público, o coleccionador continuará a dispor de inúmeros e desproporcionados poderes de intervenção na gestão de um acervo que é património exclusivamente do Estado.

Um bom exemplo do que acabo de afirmar é a faculdade vitalícia de nomeação ou destituição do director do Museu, pelo referido coleccionador.

(...)

Trago agora à vossa reflexão uma outra particularidade deste Acordo, bem elucidativa da falta de clareza que ensombra todo este processo.

Refiro-me agora “à dança de protagonistas” por parte do Estado.

Todo este processo começou com a Ministra da Cultura como interlocutora do coleccionador. (Naturalmente, diria eu).

Contudo, a partir de determinado momento, o Senhor Primeiro-Ministro decidiu desautorizar a sua Ministra, promovendo um assessor do seu Gabinete para esta função primordial nas negociações.

Deputado Pedro Duarte
Assembleia da República, 29 de Setembro 2006

As razões desta mudança de estratégia não são nada claras.

E o facto de o assessor em causa ter no passado trabalhado para o coleccionador Berardo e o facto de hoje ser já, consultor da Fundação Berardo, constitui, a nosso ver uma clara situação de conflito de interesses, e não contribui nada para a desejada transparência de toda esta negociação.

Segundo as partes envolvidas, em afirmações reproduzidas na comunicação social, este assessor do Primeiro-Ministro e hoje consultor da Fundação Berardo, desempenhou um “papel decisivo” na concretização do acordo, ultrapassando as hesitações da Senhora Ministra da Cultura.

Entendamo-nos!

Os titulares de cargos políticos têm um regime claro de impedimentos que proíbe situações como esta. Será que, para este

Governo, o que não se faz pelos membros do Governo se pode fazer pelos assessores?

(...)

A pressa deu origem à precipitação. Mas esta precipitação pode ainda ser corrigida.

O Estado Português, por intermédio do Governo, deve renegociar os termos deste Decreto-Lei, recolocando o interesse público à frente da pressão mediática.

Para permitir tal passo, o PSD propõe hoje a cessação da vigência deste Decreto-Lei.

Convém lembrar que não será devido a esta renegociação, por nós proposta, que o Museu Colecção Berardo adiará a sua abertura.

Embora o prazo para a sua instalação e funcionamento até 31 de Dezembro de 2006 esteja determinado no artigo 27º, foi já

Parlamento



noticiado, e não desmentido, o adiamento da sua abertura para o semestre da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu.

Não há, pois, razões para que esta questão não seja melhor discutida e melhor negociada, a bem do interesse nacional.

Pelo contrário. Há todas as razões para que isso suceda.

É o próprio interesse público que o exige. (...)

Intervenção sobre o regime de gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Deputado Pedro Duarte
Assembleia da República, 28 de Setembro de 2006

(...)

Por iniciativa do PSD, este Parlamento discute hoje um tema decisivo para o nosso futuro colectivo: o sistema de ensino e, particularmente, a organização e funcionamento das nossas escolas.

Importa clarificar, desde logo, três questões prévias:

1 – em primeiro lugar, o PSD considera o desempenho do nosso sistema educativo claramente insatisfatório.

Não negligenciamos que muito se progrediu nos últimos 30 anos.

Contudo, também não desconhecemos que, perante qualquer acção comparativa, ficamos permanentemente nos últimos lugares.

Todos os relatórios, todos os estudos, todas as avaliações mostram-nos, sistematicamente, os problemas estruturais que enfermam o nosso sistema de ensino.

Isto é, andamos objectivamente a hipotecar o futuro das novas gerações.

2 – em segundo lugar, importa afirmar que o PSD não acredita que a solução para os problemas estruturantes do nosso sistema, passe pelas medidas de cosmética que têm caracterizado a actuação do actual Governo.

Mesmo aquelas medidas que, sem hesitação, consideramos positivas, como a generalização do Inglês e do alargamento de horários no 1º ciclo, são medidas que - repito - apesar de positivas, não interferem com os problemas estruturantes do sistema.

Se queremos dar um efectivo passo em frente, é necessário ser mais assertivo



e ter mais coragem!

3 – Como terceiro e último ponto prévio, gostaria de trazer à reflexão de todos, o facto de o PSD, sendo um Partido da Oposição,

sendo o Partido líder de uma alternativa ao actual poder socialista, não assume uma atitude de crítica inconsequente.

Pelo contrário, fazemos questão de lançar propostas próprias, puxando a Maioria para a discussão das mesmas.

À revelia do que outros fizeram no passado, o PSD, na Oposição, mantém o mesmo objectivo estratégico: Trabalhar para que os Portugueses vivam melhor amanhã do que vivem hoje!

E consideramos que, mesmo que tal não traga ganhos partidários, a nossa opção é clara: estaremos sempre do lado do interesse dos portugueses, com propostas construtivas, contribuindo para uma melhor governação.

(...)

Tem sido esta a nossa postura:

Apresentar propostas positivas em diferentes áreas.

Fizemo-lo, por exemplo, entre outras áreas, na Justiça ou na Segurança Social.

E fazemo-lo, agora, na Educação.

Assim, em coerência, o PSD contribui hoje para um debate que pretendemos participado e aprofundado, sobre o modelo de gestão e de autonomia das nossas escolas.



Deputado Pedro Duarte Assembleia da República, 28 de Setembro de 2006

É um tema que consideramos decisivo!

Não faz sentido pensar que conseguiremos alterar os problemas estruturais da nossa Educação, se as escolas – se cada uma das nossas escolas – não tiverem organização, estruturas e recursos para executar essa vontade de melhoria dos resultados.

Jamais inverteremos o actual progressivo afundamento do sistema educativo, se não combatermos o “monstro” centralista e dirigista que, há tantos anos, condiciona qualquer evolução positiva.

O diploma, que hoje aqui apresentamos, introduz, em linhas gerais, **quatro grandes inovações** que representam uma profunda ruptura com a actual situação.

1. Em primeiro lugar, **concretizamos os princípios da liberdade de escolha da escola.**

Actualmente, as famílias portuguesas, se não tiverem condições socio-económicas que permitam o acesso a escolas privadas, não têm qualquer opção de escolha entre as escolas: ou têm dinheiro para recorrer ao ensino privado ou têm de inscrever os seus filhos na escola da sua área de residência.

Esta situação é causa de injustiças sociais e, naturalmente, não promove a inovação, a criação, a diversidade das nossas escolas.

O PSD propõe que os pais passem a ter liberdade para escolher a melhor escola para os seus filhos, de entre as que compõem a rede pública.

Esta medida, aparentemente simples, introduzirá uma grande mudança no actual paradigma.

Com esta medida, reforçaremos a competitividade e a diversidade entre as escolas. E, assim, teremos escolas mais activas, modernas, flexíveis e adaptadas às novas realidades próprias do Século XXI. E, por outro lado, teremos uma efectiva liberdade de escolha para os pais e famílias dos alunos.

2. Em segundo lugar, **uma outra grande mudança, ao nível do modelo de gestão das escolas.**

O actual sistema impõe que os professores de uma determinada escola elejam, de entre si, os membros dos órgãos de gestão dessa escola.

Este sistema, que alguns chamam de “gestão democrática”, leva a que tantas e tantas escolas apenas consigam “resistir”, devido ao enorme brio e sacrifício desses mesmos professores.

Na verdade, muitas escolas do nosso País são geridas por professores que não só não têm vocação para serem gestores, como muitas vezes o fazem a contra gosto. Querem estar na escola a ensinar, e não a gerir. Mas, actualmente, a lei impõe o contrário.

O PSD propõe uma solução diferente: confiar nas escolas, confiar nos professores, confiar nas famílias dos alunos e confiar na comunidade envolvente.

Defendemos que cada escola deve escolher o seu Director, com base na aptidão e no mérito individual para o exercício dessa função.

Com a proposta do PSD, pode ser escolhido um professor (da escola ou de fora dela), se se entender que é a melhor opção. Ou pode ser escolhida uma outra personalidade (não docente) se se mostrar mais capaz para melhor gerir essa escola.

É uma medida que confere mais liberdade e mais responsabilidade a cada escola.

Mas é também uma medida em prol da qualidade e da excelência do ensino, promovendo a eficiência e a eficácia dos resultados, nas nossas escolas.

3. Em terceiro lugar, **os “contratos de autonomia” deixam de ser uma faculdade para passarem a ser obrigatórios para todas as escolas.**

Até hoje, apenas uma escola em todo o País, recorreu a esta ferramenta (Escola da Ponte, Janeiro de 2005), apesar da lei consagrar este instrumento desde 1998.

O PSD propõe que todas as escolas celebrem estes contratos, no prazo de dois anos.

Estas convenções poderão prever diferentes níveis de autonomia em função da realidade de cada escola. E poderão consagrar, por exemplo, a estabilização

do corpo docente, a flexibilização dos currículos, a gestão racional dos horários, a selecção do pessoal não docente ou o estabelecimento de parcerias locais para a sua gestão e funcionamento.

Promove-se, também aqui, a autonomia e a diversidade, para assim termos escolas mais adaptadas às diferentes realidades, com melhores resultados e que melhor preparem as nossas crianças e os nossos jovens.

4. Por último, em 4º lugar, o PSD propõe que a uma maior autonomia e liberdade, corresponda necessariamente uma maior responsabilidade.

O actual sistema consagra um modelo de escola “fechada em si mesma”, sem qualquer interacção com o mundo exterior, logo, menos confrontada com os seus sucessos ou insucessos.

O PSD propõe que as grandes opções estratégicas das escolas (como, por exemplo, a aprovação do projecto educativo ou a escolha do Director) passem a ser da responsabilidade de um órgão (Assembleia da Escola) composto maioritariamente por pais e encarregados de educação e por elementos exteriores à própria escola e representativos do meio cultural, económico, empresarial e social envolvente.

O sucesso de uma escola interessa a todos, logo, a responsabilidade pelos seus resultados deve ser de todos e não só dos professores.

(...)

O PSD está assim apostado em introduzir mudanças profundas e estruturais num modelo cujos resultados estão hoje muito aquém do exigível. Uma reforma que nos permite dar passos seguros e acertados para podermos ter menos abandono escolar e mais sucesso educativo.

Naturalmente, esperamos que estas propostas interpelem consciências e abram um amplo debate na sociedade portuguesa para que, no final, o País possa assumir estas rupturas, absolutamente necessárias ao nosso futuro.

Esperemos que o Governo e a actual Maioria se associem à nossa iniciativa, apresentando propostas e permitindo um debate na especialidade entre os diferentes pontos de vista.

Diria mesmo que, se a maioria absoluta não impuser autoritariamente o seu cutelo sobre esta proposta – construtiva – da oposição, o PSD assume a sua total disponibilidade para, na especialidade, aguardar a apresentação de propostas do Governo e de outros partidos parlamentares.

Acreditemos, portanto, que o interesse dos portugueses será colocado acima de conjunturais e efémeros interesses partidários.

(...)

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 4 DE OUTUBRO de 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 94/X (GOV)

(Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização)

Projecto de Lei n.º 98X (PS)

(Altera o Código do Registo Civil e revoga e Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro)

Projecto de Lei n.º 273/X (BE)

(Carta dos Direitos de Acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde)

Votações às 18:00H

SEXTA-FEIRA, DIA 6 DE OUTUBRO de 2006, 10.00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 85/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 316/X (PSD)

(Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário para instrução de reclamação graciosa)

Projecto de Lei n.º 300/X (PEV)

(Alteração ao código da publicidade no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens)

Projecto de Lei n.º 275/X (PCP)

(Altera o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes)



Carlos Coelho no debate sobre o combate à falsificação do Euro

UE investe 7 milhões de Euros no combate à falsificação

Em sessão plenária do Parlamento Europeu o Deputado Carlos Coelho interveio no debate relativo ao “Relatório Diaz de Mera” sobre o “Programa Péricles.

Criado em 2001, o Péricles consiste num Programa de acção em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a protecção do Euro e contra a sua falsificação.

Na opinião de Carlos Coelho “para proteger adequadamente o Euro, são necessárias respostas conjuntas, homogêneas e eficazes, que têm de passar por uma estreita cooperação quer ao nível Europeu, quer internacional.”

Esta proposta, surge na sequência do Relatório detalhado apresentado ao Parlamento Europeu sobre a execução e os resultados desse programa, cujos resultados são, na

opinião de Carlos Coelho “francamente positivos” acrescentando que “No último semestre de 2003 estabilizou o número de notas de euros falsas detectadas em circulação (com um nível inferior quer em relação aos níveis registados antes da introdução do euro, quer aos níveis de falsificação do dólar americano) e, se é verdade que o número de moedas de euros falsas continua a aumentar, mantém-se num nível baixo em termos de comparação com a falsificação das antigas moedas”.

“Existe, assim, uma taxa de falsificação mínima, para o que contribuiu em muito o elevado grau de cooperação dos serviços competentes. Foram, igualmente levadas a cabo diversas operações de desmantelamento e de confiscação de



volumes importantes de notas e moedas falsas antes da sua entrada em circulação.”

Para o Deputado português, que integra a Comissão de Justiça, Liberdades e Garantias, “este programa atingiu, assim, em larga medida os objectivos a que se propunha e permitiu identificar as áreas geográficas que têm um impacto

mais significativo na produção de notas falsas, quer ao nível comunitário, quer internacional. Permitiu, igualmente, a criação de melhorias estruturais consideráveis, como é o caso da criação, em vários países, de organismos centrais responsáveis pela luta contra a falsificação do Euro.”

A terminar, Carlos Coelho declarou o seu apoio “à excelente proposta do Relator - o colega Augustín Díaz de Mera - no sentido de aprovar a prorrogação do programa até ao final de 2013, de forma a alinhar a sua duração com a das perspectivas financeiras (estando previsto um orçamento total de 7 milhões de Euros), bem como para tornar a sua aplicação extensível aos Estados Membros não participantes”.

Carlos Coelho condena processos de legalização extraordinários, como ocorreu em Espanha “ por quebrarem a solidariedade europeia e agravarem os problemas”

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, o Deputado do PSD Carlos Coelho interveio no debate conjunto relativo aos progressos realizados no âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Neste debate, que contou com a presença do Comissário Europeu Franco Frattini e do representante da Presidência finlandesa Kari RAJAMÄKI, foram também abordadas a política de imigração da UE e a questão das prisões secretas em países onde os Estados Unidos detêm pessoas suspeitas de terrorismo.

Carlos Coelho, que actualmente preside à Comissão CIA, iniciou a sua intervenção reconhecendo “os progressos realizados na construção do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, (nomeadamente no que diz respeito às medidas acordadas no âmbito do programa de Haia) para fazer face a problemas como a imigração ilegal, o tráfico de seres humanos, o terrorismo e o crime organizado, garantindo em simultâneo um pleno respeito das liberdades e direitos fundamentais.”

Pese embora esses progressos, Carlos Coelho lembrou o que ainda

falta fazer em domínios como “o asilo, da criação do espaço judiciário europeu, da intensificação da cooperação judiciária (civil e penal) e policial, do alargamento do espaço Schengen (aos novos Estados Membros), da simplificação dos vistos e aos acordos de readmissão e da recolha de dados biométricos para efeitos de obtenção de vistos, entre outros.”

Sendo Carlos Coelho, como Relator, o principal responsável do Parlamento Europeu para Dossier SIS-II (sistema de informações de Shengen 2ª geração), reconheceu e agradeceu à “Presidência finlandesa o esforço colocado” neste dossier, anunciando desde logo como bastante provável que “no próximo mês possamos votar o acordo legislativo em primeira leitura concluindo a aprovação da Lei e dispensando as fases da 2ª leitura e da conciliação.”

Tendo como importante ponto na agenda do Conselho Europeu que terá lugar no próximo mês, Carlos Coelho, que integra a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias do Parlamento Europeu (PE), declarou esperar que esta reunião dos Chefes de Estado e de Governo “responda ao nosso pedido para generalizar o processo de co-decisão estendendo-o

a áreas como a da imigração legal e integração. Queremos mais legitimidade democrática e a existência de uma abordagem europeia comum em matéria de migração, com base nos princípios da coesão e da solidariedade, que contemple uma política de integração dos 25 milhões de imigrantes que vivem legalmente na Europa.

De seguida e dirigindo-se ao Ministro finlandês, Carlos Coelho referiu que “gostei de o ouvir sobre os recentes acontecimentos nas ilhas Canárias e no Mediterrâneo (com o desembarque, desde Janeiro, de mais de 23.000 imigrantes africanos nas Canárias). Todos concordamos que são necessárias medidas urgentes de cooperação concreta no domínio da cooperação operacional marítima, de forma a desenvolver capacidades de vigilância adequadas nas fronteiras marítimas, bem como criar equipas de intervenção rápida nas fronteiras” prosseguiu dizendo que “ o Comissário Frattini tem razão quando sublinha que temos de ser coerentes. Não podemos fazer esse discurso e ao mesmo tempo, como parece querer fazer o Conselho, reduzir os meios financeiros para a FRONTEX.”

Para Carlos Coelho “A política de



imigração deve contemplar o combate sem tréguas à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, o retorno dos ilegais aos países de origem, a existência de canais abertos para a imigração legal e a cooperação e desenvolvimento com os países de origem.”

A terminar e referindo-se aos processos de legalização, Carlos Coelho disse “não podemos dar sinais errados. Condenamos expressamente o recurso aos processos extraordinários de regularização de imigrantes ilegais como a Espanha fez em Maio do ano passado. São decisões que ferem a solidariedade europeia e em vez de resolver problemas, agravam-nos através do chamado efeito de chamada.”

O Parlamento Europeu aprovou as emendas propostas pelo grupo de Eurodeputados do PSD ao relatório Krahrmer, relativo à “Qualidade do Ar Ambiente e um Ar mais limpo para a Europa”.

As propostas apresentadas pelos Deputados Vasco Graça Moura, Carlos Coelho e Duarte Freitas visam

1 - Garantir que, uma vez atingido o nível desejado para a Qualidade do Ar, os Estados-Membros zelarão pela sua manutenção, sem permitir que voltem a ser ultrapassados os limites previstos. A prorrogação dos prazos para atingir os objectivos definidos para o Dióxido de Azoto - NO₂ - cujas emissões (provenientes essencialmente da queima de combustíveis fósseis em veículos motorizados e da agricultura) são tecnicamente difíceis de reduzir;

2 - Simplificar os requisitos no que diz respeito aos pontos de amostragem e medição em zonas de tráfego, que eram considerados demasiado complexos;

Os eurodeputados aprovaram dois relatórios que avançam com objectivos globalmente mais ambiciosos para a qualidade do ar e a luta contra a poluição atmosférica na Europa. Com as alterações adoptadas à proposta de directiva sobre a qualidade do ar, o Parlamento Europeu pretende actualizar as disposições de modo a reflectir os novos desenvolvimentos científicos e introduzir controlos da exposição humana às partículas mais nocivas no ar ambiente.

Na Europa, perdem-se 3,6 milhões de anos de vida em resultado da poluição atmosférica ou, por outras palavras, 360.000 pessoas morrem dez anos antes do que morreriam sem este factor. Para além das vítimas mortais, o ar poluído também causa muito sofrimento por doença ou insuficiência respiratória. O ambiente natural também é danificado pela poluição atmosférica, estimando-se em 55% os ecossistemas europeus já afectados pelas suas consequências: acidificação das florestas, eutrofização e perda de biodiversidade. Os problemas são sobretudo causados pelos óxidos de azoto, o dióxido de enxofre, o amoníaco e também o ozono.

Muitos Estados-Membros não cumprem os valores-limite previstos na actual legislação relativa à qualidade do ar – a maioria dos problemas regista-se na Bélgica, nos Países Baixos, na Alemanha, no Norte da Itália, na Polónia e nas cidades de maior dimensão.

O objectivo da proposta de directiva sobre a qual o Parlamento Europeu se pronunciou hoje em primeira leitura, ao aprovar o



relatório de Holger KRAHRMER (ALDE, DE) por 571 votos a favor, 43 contra e 18 abstenções, é rever substancialmente cinco textos jurídicos distintos do acervo comunitário em vigor no domínio da qualidade do ar ambiente e fundi-los numa única directiva. A proposta permite também actualizar as disposições de modo a reflectir os novos desenvolvimentos científicos e introduzir controlos da exposição humana às partículas PM_{2,5} no ar ambiente.

Partículas nocivas para a saúde

- PM₁₀: O Parlamento Europeu considera que a média anual de PM₁₀ proposta pela Comissão de 40 $\mu\text{g}/\text{m}^3$, que deverá entrar em vigor após 2010, é pouco ambiciosa. Na maior parte das cidades, este valor já é atingido actualmente.

Os eurodeputados propõem que o valor-limite de partículas PM₁₀ seja reduzido de 40 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ para 33 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ a partir de 2010.

A média diária de 50 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ só poderá ser ultrapassada em 35 dias, “a menos que este valor não possa ser

atingido devido a características de dispersão específicas do local, condições meteorológicas ou geográficas adversas ou consideráveis contribuições transfronteiras. Os Estados-Membros estabelecerão o número exacto de dias em que o valor-limite pode ser ultrapassado, até um máximo de 55 dias, e comunicarão imediatamente à Comissão o texto de tal disposição (alteração 82).

O indicador de exposição média, expresso em $\mu\text{g}/\text{m}^3$, é um nível médio, determinado com base em medições efectuadas em pontos de poluição urbana de fundo em todo o território de um Estado-Membro, que reflecte a exposição da população.

- PM_{2,5}: Os mais recentes conhecimentos científicos revelam que os principais riscos para a saúde não residem nas partículas maiores, mas sobretudo nas mais finas (PM_{2,5}). Por esta razão, é necessário iniciar uma monitorização destas partículas.

O Parlamento propõe que a regulamentação das PM_{2,5} seja efectuada em duas fases: primeiramente, deve ser definido um valor-alvo; numa segunda fase, com a revisão da directiva, poderá ser estabelecido um valor-limite. “Os

dados disponíveis de momento sobre as PM_{2,5} ainda não são suficientes para se poder estabelecer um novo valor-limite vinculativo. Não se deve repetir o erro feito com as PM₁₀ de se estabelecer valores-limite vinculativos sem se dispor de dados suficientes”, explica o relator. Assim, o conceito de “nível máximo de concentração” usado pela Comissão Europeia é substituído pelo de “valor-alvo” (alterações 19, 27).

Também em relação às PM_{2,5}, o Parlamento Europeu considera que o valor médio anual proposto pela Comissão de 25 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ é pouco ambicioso. Os deputados propõem como valor-alvo 20 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (alteração 50), valor que, segundo o relator, tem em conta as exigências de maior protecção da saúde humana, mas também a exequibilidade.

Objectivos de redução da exposição

O Parlamento Europeu sugere que o objectivo de redução seja diferenciado de acordo com as concentrações iniciais (alteração 49):

Prazos: maior flexibilidade para os Estados-Membros



Qualidade do Ar Ambiente e um Ar mais limpo para a Europa

Quando, numa determinada zona ou aglomeração, os valores-limite fixados para o dióxido de azoto ou o benzeno, as PM10 ou o valor-alvo fixado para as PM2,5 não puderem ser respeitados nos prazos especificados na directiva, um Estado-Membro pode prorrogar esses prazos “de quatro anos a contar da entrada em vigor da presente directiva, no máximo” (em vez dos cinco anos propostos pela Comissão) para a zona ou aglomeração em causa, se o Estado-Membro provar que foram tomadas todas as medidas adequadas a nível nacional, regional e local para cumprir os prazos indicados (alteração 81). Os Estados-Membros poderão, no entanto, prorrogar os prazos estabelecidos para os valores-limite por um período adicional máximo de dois anos para uma determinada zona ou aglomeração desde que o Estado mostre que foram tomadas todas as medidas adequadas. Um plano revisto de qualidade do ar explicará as causas da superação após os prazos referidos e apresentará as medidas que serão tomadas para cumprir os valores-limite dentro do novo prazo.

O Parlamento Europeu aprovou ainda uma alteração sobre as medidas na fonte que devem ser tomadas para permitir aos Estados-Membros respeitar os valores-limite da qualidade do ar dentro dos prazos fixados (alteração 84):

Medidas

Inclusão das instalações de incineração de 20 a 50 megawatt na directiva PCIP 96/61/CE

EURO VI para os veículos pesados
Novas normas para as instalações de aquecimento domésticas

- Medidas coordenadas a nível da UE para encorajar os proprietários de navios a reduzir as emissões e/ou introduzir normas para as emissões dos motores dos navios da UE, ou novas normas para as emissões dos motores de navios, a negociar no âmbito da OMI

Estratégia temática sobre a poluição atmosférica

O segundo relatório da Comissão do Ambiente, da autoria de Dorette CORBEY (PSE, NL), aprovado em plenário por 563 votos a favor, 19 contra e 42 abstenções, apela também à adopção de uma estratégia com objectivos de redução mais ambiciosos relativamente aos compostos orgânicos voláteis (COV),

às partículas PM2,5 e aos óxidos de azoto (NOx).

O Parlamento insta a Comissão e os Estados-Membros a tomarem, o mais rapidamente possível, as medidas necessárias para reduzir as emissões nos diversos sectores que contribuem para a poluição atmosférica, devendo ser concedida prioridade aos sectores que ainda não foram objecto de regulamentação e em que é possível efectuar novas reduções das emissões com custos inferiores (§ 12).

Em relação às emissões do sector dos transportes marítimos, os deputados solicitam à Comissão que apresente propostas tendo em vista:

- estabelecer as normas de emissões de NOx para os navios que utilizem os portos da UE;
- atribuir ao Mediterrâneo e ao

Atlântico Nordeste a designação de zonas de controlo das emissões de enxofre (ZCEE) de acordo com a Convenção MARPOL;

- diminuir de 1,5% para 0,5% o limite máximo autorizado de teor de enxofre nos combustíveis marítimos utilizados nas ZCEE, bem como pelos navios de passageiros;

- introduzir instrumentos financeiros como impostos ou direitos sobre as emissões de SO2 e NOx dos navios;

- incentivar a introdução de direitos diferenciados segundo os portos e canais navegáveis, concedendo um tratamento preferencial aos navios com níveis baixos de emissões de SO2 e NOx;

- favorecer a utilização de electricidade terrestre pelos navios quando se encontrem nos portos;

- a adopção de uma directiva comunitária relativa à qualidade dos

combustíveis marítimos (§ 14).

Quanto ao sector agrícola, o Parlamento saúda a introdução do princípio de “condicionalidade” das ajudas agrícolas aquando da última reforma da PAC, “o que deverá possibilitar uma redução apreciável da emissão de substâncias nocivas ao ambiente”, solicita aos Estados-Membros que combatam a poluição atmosférica relacionada com a criação de gado – especialmente a pecuária intensiva –, a utilização de adubos e de aquecedores nas estufas, e que utilizem os subsídios agrícolas para resolver o problema do amoníaco (§ 15). Os deputados pedem ainda à Comissão e aos Estados-Membros que adoptem medidas destinadas a fomentar o desenvolvimento da agricultura biológica e da agricultura integrada no contexto da política de desenvolvimento rural.

26/9/2006

Sérgio Marques reclama maior compatibilidade
entre Competitividade e Solidariedade

Orientações Estratégicas para a Política de Coesão



Na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu em Estrasburgo, o Deputado do PSD Sérgio Marques interveio no debate sobre o Relatório Krehl relativo às “Orientações Estratégicas Comunitárias”, na sequência da proposta de Decisão do Conselho relativa às orientações estratégicas comunitárias, que irão basear a execução da Política de Coesão no período 2007-2013.

Para Sérgio Marques “o trabalho da relatora foi essencial para que várias posições do Parlamento Europeu, em assuntos como o do desenvolvimento sustentável, dimensão urbana, igualdade de oportunidades, energias renováveis etc... tivessem merecido acolhimento por parte do Conselho, razão que entre outras, justifica a presente recomendação para um parecer favorável do Parlamento Europeu.”

Segundo o Deputado madeirense “após a adopção da referida decisão do Conselho, os Estados-Membros, disporão de muito pouco

tempo, para apresentar à Comissão Europeia, as suas estratégias de aplicação dos fundos estruturais, integrando já as orientações comunitárias. Lamenta-se que este calendário apertado possa comprometer a execução da nova política de coesão, logo a partir de Janeiro 2007”.

Concordando com as orientações e prioridades propostas, Sérgio Marques salientou a ideia de “conceber a política de coesão como um instrumento crucial para a concretização dos objectivos da Estratégia de Lisboa” mas chamou a atenção para que “não nos esqueçamos, que a Estratégia de Lisboa, tem acima de tudo a baseá-la, uma lógica de promoção da competitividade europeia, por contraponto com uma lógica de solidariedade, que baseia a Política de Coesão. “

“Nem sempre será fácil, a compatibilização destas duas lógicas diferentes. Mas haverá que encontrar um equilíbrio.”

A terminar a sua intervenção o Deputado do PSD colocou em causa “a obrigatoriedade de nos antigos Estados-Membros, se consignarem percentagens elevadas das verbas dos fundos, para o cumprimento dos objectivos da Estratégia de Lisboa e em simultâneo promover uma efectiva política de coesão, nomeadamente na vertente da coesão territorial.”

“Confio no entanto, que as estratégias nacionais a apresentar, saibam encontrar o melhor equilíbrio, para o binómio competitividade / solidariedade.”

Notícias dos Açores

O PSD/A admite recorrer aos tribunais sobre subsídios da Segurança Social

O líder do PSD/Açores admitiu recorrer à Justiça para esclarecer a atribuição de subsídios pela Segurança Social, depois dos deputados sociais-democratas terem abandonado a Comissão de Inquérito criada com este objectivo.

No início de uma reunião entre a Comissão Política Regional e o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores, Carlos Costa Neves adiantou que o partido pode recorrer aos tribunais para esclarecer esta matéria.

“Se, pela Comissão de Inquérito não chegamos lá, vamos por outra via, vamos por outras instâncias, nomeadamente jurídicas, dando nota de que (...) só pararemos quando estiver esclarecida toda a verdade e identificados todos os responsáveis”, adiantou o dirigente social-democrata.

Na sexta-feira, os deputados do PSD/Açores abandonaram a comissão parlamentar de inquérito às contas Segurança Social açoriana, alegando um “boicote político” da maioria socialista no desenvolvimento das investigações.

A decisão foi anunciada pelo presidente da comissão, o social-democrata Alberto Pereira, depois de uma reunião de várias horas, por entender que “não faz sentido” o PSD/Açores continuar a participar numa comissão cujo trabalho diz estar condicionado pelos deputados da maioria do PS no arquipélago.

“Só faz sentido fazer um trabalho de natureza investigatória quando todos os parceiros estão disponíveis e se mostram cooperantes para a descoberta dos factos e para o desenvolvimento dos indícios que vão surgindo”, justificou o parlamentar social-democrata.

Criada por proposta da bancada do PSD, a comissão estava a analisar a atribuição de apoios pela Segurança Social açoriana entre Janeiro de 2003 e Dezembro de 2005. Os deputados estavam a apurar os apoios concedidos pelo Fundo de Socorro Social, destinado a situações de catástrofe e de emergência, já que o PSD pretendia ver esclarecidas as discrepâncias nos valores atribuídos entre 2003 e 2005.

O líder regional dos sociais-democratas manifestou também a sua “solidariedade e apoio” aos deputados do PSD que abandonaram a comissão, alegando que o PS inviabilizou a realização de dezenas de audições relacionadas com os subsídios atribuídos pela Segurança Social nas ilhas.

“Estiveram muito bem ao assumir uma atitude muito forte, uma atitude



inédita em 30 anos de democracia”, sublinhou Costa Neves, que se manifestou “chocho do” e “indignado” com o “boicote sistemático” e com a “má-fé” do PS nesta matéria.

Garantiu, ainda, que os sociais-democratas têm “fortes indícios de que os apoios da Segurança Social não eram dirigidos aos mais necessitados, eram dirigidos a determinadas clientelas”. – Fonte: Lusa, foto arquivo PL

Os espinhos que o Governo Regional deixou na sua última visita ao Pico

O deputado do PSD Jaime Jorge, eleito pela Ilha do Pico, defendeu na passada quarta-feira, na Assembleia Legislativa que o Governo Regional socialista, na sua última visita estatutária ao Pico, para além de “algumas rosas” havia deixado naquela vários “espinhos”, ou seja, diversas questões por resolver.

Para o deputado social-democrata, “mais do que uma mera obrigação estatutária, que urge cumprir para despachar, estes encontros deveriam ser autênticos momentos de discussão com as forças vivas de cada ilha, eficazmente representadas nos seus concelhos de ilha, de modo que as estratégias de desenvolvimento para cada uma delas, fosse exaustivamente discutida e periodicamente concertada com aquilo que são as expectativas dos agentes locais”.

Jaime Jorge recordou que, depois de na visita do Governo Regional à Ilha do Pico em 2005, e quando confrontado com as preocupações do concelho de Ilha, sobre a exclusão do Pico das mais-valias resultantes do Fundo de Coesão, o presidente do Governo Regional disse que o Fundo de Coesão era para avançar tal como estava decidido, sem prejuízo de volvidos um ano sobre a sua aplicação reavaliar-se essa decisão.

De acordo com o deputado do PSD do Pico, “o aeroporto daquela ilha só será uma obra verdadeiramente importante para o desenvolvimento do Pico, quando efectivamente tiver uma utilização condizente com o objectivo da sua construção. Doutra forma o esforço e investimentos ali aplicados, não terão valido a pena”.

Jaime Jorge acusou o Governo Regional de “a médio prazo não ter nenhuma intenção de realizar qualquer tipo de investimento no Porto de São Roque. O porto comercial por excelência desta ilha, o porto por onde entram e saem todas as mercadorias. Um porto com um papel importantíssimo como porto de passageiros, no contexto do desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros do triângulo, enquanto ponto de ligação privilegiada com a ilha de S. Jorge”. – Gab. Imp. ALRA



O Professor Carmona Rodrigues apresentou o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE)

Passeios mais largos, jardins e espaços públicos requalificados, proibição de trânsito nas faixas laterais, eliminação do estacionamento à superfície, com construção de novos estacionamentos subterrâneos e novos equipamentos, são algumas das medidas do PUALZE que, em conjunto com a recuperação do edificado devoluto pretendem conferir maior dignidade aquela área e atrair mais população residente.

A apresentação do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) decorreu no dia 28 de Setembro no Teatro Variedades, onde estiveram presentes o presidente da autarquia, António Carmona Rodrigues, a vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara, o presidente da Junta de Freguesia de S. José, João Miguel Mesquita, e o responsável pelo Plano, o arquitecto Fernandes de Sá.

O arquitecto Fernandes de Sá destacou a valorização do espaço público como um dos principais objectivos do plano. Segundo o mesmo, o estacionamento subterrâneo vai permitir um atravessamento pedonal da Avenida mais fácil e seguro, permitindo ao mesmo tempo ajudar na fixação de população residente, que actualmente ronda as 7.500 pessoas, sendo que “temos capacidade para duplicar esse número”, disse.

O presidente da autarquia mostrou-se confiante relativamente à proiecção e validade deste plano, salientando a importância da participação da sociedade civil no processo. Carmona Rodrigues lamentou apenas que o mesmo não tenha avançado logo em 1995, quando da elaboração da primeira versão, acreditando no entanto que o “tempo serviu para melhorar o plano, havendo que tirar partido desse mesmo tempo para aprender e fazer melhor”.

Tendo em vista reforçar a salvaguarda e valorização da imagem urbana da Avenida da Liberdade e zona envolvente, através da definição de regras de



novos equipamentos, culminando numa proposta de requalificação urbana. Pressupõe-se que a salvaguarda e valorização são possíveis através de um equilíbrio entre as preexistências e as renovações inerentes à dinâmica urbana, sem recorrer, contudo, a soluções de ruptura abrupta ou de estagnação, assegurando o papel fundamental dos espaços de fruição pública em articulação com o edificado.

Assim, constituem os principais objectivos do PUALZE:

- Regularizar a intervenção arquitectónica e urbanística;
- Requalificar e criar espaços públicos;
- Definir novos percursos pedonais;
- Melhorar das condições de fruição;
- Potenciar as zonas verdes;
- Regularizar o trânsito automóvel;
- Localizar novos equipamentos e actividades estruturantes;
- Fixar a população residente;
- Manter a função predominantemente habitacional.

Com o objectivo de informar a população sobre o PUALZE, que se encontra em elaboração, e de envolver todos os que nela habitam, trabalham, estudam ou visitam, está a realizar-se, entre os dias 28 de Setembro e 21 de Outubro, uma exposição sobre este Plano de Urbanização, no Parque Mayer – Teatro Variedades. Trata-se de uma organização conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de S. José

O PUALZE está em avaliação na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e está prevista a sua entrada em vigor no último trimestre de 2007.

Na sequência da exposição, estão também programadas três semanas temáticas: A Cultura, Turismo e Comércio na Avenida (1 a 8 de Outubro), Acção Social e Educação na Avenida (9 a 15 de Outubro) e Mobilidade, ambiente e Reabilitação Urbana na Avenida (16 a 21 de Outubro).

Câmara aprova quadro de pessoal privado para resolver vínculos precários

A Câmara de Lisboa aprovou quarta-feira passada a criação de um quadro privado de pessoal da autarquia, com contratos individuais de trabalho, para regularizar a situação dos trabalhadores com vínculo precário.

A proposta de reestruturação dos recursos humanos da Câmara de Lisboa, promovida pela vereadora social-democrata Marina Ferreira, permite a criação de “um quadro de pessoal de direito privado” e a adaptação do quadro de pessoal existente, garantindo a requalificação profissional de funcionários.

A maioria dos vereadores preferiu votar esta proposta, aprovada com a abstenção dos vereadores comunistas Rita Magrinho e Ruben de Carvalho, à



intervenção arquitectónica e urbanística, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou, em 1995, o PUALZE, cujo processo de elaboração se iniciou em 1991. Este primeiro ciclo foi encerrado sem que o plano fosse legalmente aprovado.

Em 2003 foi reatado o processo de elaboração do PUALZE. Mostrava-se necessário proceder a uma actualização da informação constante nesses documentos e aferir a compatibilidade entre as soluções então propostas e as dinâmicas verificadas ao longo da última década naquela zona da cidade, dotando-a de um instrumento de gestão territorial actualizado e de suporte das decisões urbanísticas para a zona.

As grandes opções deste Plano passam pela correlação lógica entre a estrutura verde, os caminhos de fruição, as áreas de animação urbana e os

Notícias de Lisboa

proposta do PCP que proponha a abertura de concursos para a entrada nos quadros da autarquia de 1.667 trabalhadores a “recibo verde” ou com contrato a prazo.

Ao criar um quadro de pessoal privado, a proposta da vereadora Marina Ferreira pretende contornar o concurso externo de acesso à função pública, “um processo moroso, burocrático e que envolve custos elevados”.

“De acordo com o artigo 17 da Lei do Orçamento do Estado para 2006, as despesas com pessoal das autarquias locais devem manter-se ao mesmo nível do verificado em 2005, pelo que abertura de novos concursos externos encontra-se neste momento inviabilizada”, afirma a proposta.

Actualmente estão, contudo, a decorrer 44 concursos externos e foram recebidos 95 pedidos de reclassificação profissional, acrescenta a proposta.

A vereadora Marina Ferreira negou que existam 1.667 trabalhadores precários na autarquia, afirmando que esse número corresponde a contratos de prestação de serviços, que têm de ser sucessivamente renovados, significando que aumentam os contratos sem que isso corresponda a um aumento de trabalhadores.

A autarca acrescentou que o número de funcionários com vínculo precário está a ser contabilizado.

A vereadora do CDS-PP, Maria José Nogueira Pinto, que em Abril votou desalinhada com a aliança que mantém com o PSD, apoiando uma proposta do PCP (que não chegou a ser aprovada devido à ausência do vereador do PS Manuela Maria Carrilho), considerou a proposta de Marina Ferreira “mais abrangente”, ao permitir dois quadros de pessoal.

Nogueira Pinto considerou que a adaptação do quadro de pessoal uma medida “mais pragmática” que permitirá a reclassificação de funcionários que exercem funções desfasadas da sua categoria profissional.

A vereadora democrata-cristã exemplificou que trabalham no seu gabinete duas funcionárias cujas categorias profissionais são “carimbadoras de ovos”.

Também o vereador do PS Dias Baptista afirmou que a proposta da vereadora social-democrata era “mais realista e pragmática”.

A proposta inclui também a realização de um regulamento interno “a aplicar ao pessoal em regime de contrato individual de trabalho, onde se garanta o estatuto profissional e de carreiras tendo em vista a salvaguarda dos princípios de equidade e de tratamento igual entre o pessoal dos dois quadros”.

Para adaptar o quadro de pessoal existente e criar o quadro de pessoal privado foi constituído um grupo de trabalho coordenado pelos directores Municipal de Recursos Humanos e do Departamento de Gestão de Recursos Humanos que vai elaborar um relatório a apresentar dia 31 de Outubro.

Empreendedorismo Solidário - Peritos visitam instituições de solidariedade

A Comissão de Peritos do Centro de Inovação Vocacionado para o Empreendedorismo Solidário (CIVES), vai iniciar um programa de visitas a instituições de solidariedade social de Lisboa para recolha e troca de informação que permita apurar o modelo de gestão existente e definir as opções de novos modelos a desenvolver e que promovam a crescente autonomia daquelas instituições.

No leque de instituições que serão visitadas pelos Peritos do CIVES, constam a Liga Portuguesa de Deficientes Motores, os Inválidos do Comércio, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Deficientes Mentais, CAIS, Comunidade Vida e Paz, Abraço e Elo Social.

Esta foi uma das conclusões da reunião dos Peritos do CIVES com o vereador da Acção Social da CML, Sérgio Lipari Pinto, que se realizou no dia



28 de Setembro, e que também serviu para analisar o esboço do questionário que serve de base à troca e recolha de informação.

Conceito do CIVES

A Câmara de Lisboa, através dos poderes delegados pelo Presidente, Carmona Rodrigues, ao pelouro da Acção Social, assumiu como uma necessidade inadiável a definição de uma estratégia de Desenvolvimento Social Sustentado que aposte num modelo de Empreendedorismo Solidário que, em parceria com outras entidades públicas e/ou privadas, concretize a promoção da inclusão no mercado de trabalho de pessoas ou grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Essa inclusão deve ser realizada através da definição e estímulo ao cumprimento e execução de percursos sócio-profissionais baseados em estratégias inovadoras que assegurem uma inserção sustentável no mercado de trabalho.

Neste âmbito, tem de valorizar-se e dar visibilidade ao trabalho que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), assim como outras entidades sem fins lucrativos, vêm desenvolvendo, nomeadamente nas oportunidades de formação dos profissionalmente mais vulneráveis que têm proporcionado.

Por outro lado, é urgente e necessário reforçar parcerias entre as IPSS e o sector empresarial, apelando cada vez mais para a responsabilidade social das empresas no que respeita à inovação, à criação de riqueza, ao financiamento de iniciativas particulares e como fonte de emprego qualificado.



É com base nestas parcerias sociais e económicas que o Empreendedorismo Solidário lança a sua sustentabilidade, tendo como objectivo central a inclusão social através do trabalho qualificado, assim como o aumento da produtividade e da competitividade, promovendo-se a empregabilidade e o empreendedorismo, quer colectivo, quer individual.

Comissão de Peritos

A Comissão de Peritos Tem como principais atribuições e competências a elaboração, até ao fim de 2006, de uma proposta de plano estratégico de intervenção social.

Aquele plano deve fomentar o modelo social para o Município assente na coabitação entre a economia de mercado e a economia social, deve desenvolver novos modelos de gestão que incentivem a modernização das estruturas das IPSS, tornando-as mais competitivas e dando maior eficácia aos programas e respostas sociais que promovem.

Por outro lado, o plano estratégico deve apontar novas fontes de investimento que apostem na qualificação do potencial humano, dos produtos e dos serviços prestados pelas IPSS, incentivando iniciativas empresariais em áreas que promovam o autofinanciamento e a empregabilidade, e que permitam o investimento em novos produtos e serviços que promovam a inserção de pessoas vulneráveis com base numa cultura de gestão eficaz.

Outro aspecto de grande relevância é a criação, no âmbito do plano estratégico de intervenção social, do Centro de Inovação Vocacionado para o Empreendedorismo Solidário (CIVES), que irá dar sustentabilidade a este projecto, a partir da Escola de Artes e Ofícios Tradicionais.

O CIVES irá promover a transformação da Escola de Artes e Ofícios Tradicionais num Centro de excelência e de referência para cidade de Lisboa que, para além de proporcionar percursos de formação sócio-profissionais, em função das capacidades individuais e das necessidades do mercado, dê visibilidade aos produtos e serviços das instituições.

Por outro lado, o CIVES vai sensibilizar as IPSS para novos modelos de gestão, incentivando-as à modernização e à promoção da competitividade, prestando-lhes assistência ao desenvolvimento de programas e projectos inovadores, e estimulando o trabalho em rede entre as diversas entidades. - © CM Lisboa

CMP divulga iniciativas culturais de Outubro



O Pelouro da Cultura, através da respectiva Direcção Municipal, acaba de divulgar as iniciativas que terão lugar nos espaços municipais durante o mês de Outubro, com destaque para a exposição «As Pequenas Coisas: Recordações de Mulheres: 1910 - 1950», patente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, de 2 de Outubro a 15 de Novembro. Trata-se de uma exposição biblio-iconográfica, co-organizada pela Faculdade de Letras do Porto e Biblioteca Pública Municipal, que retrata as vivências das mulheres portuguesas na primeira metade do século XX.

Ainda sobre a temática feminina, referência para o último trabalho de joalharia de Sofia Aguiar, patente na Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, até 31 de Outubro. No mesmo espaço, decorre, até 15 de Dezembro, uma representação e visita orientada para o público infantil, denominada «No tempo de Aurélia de Souza - Costumes e Moda Feminina». «A Moda no Séc. XIX» será, aliás, o tema da apresentação de slides a realizar no dia 3 de Outubro, pelas 10h30, no Museu Romântico.

O edifício dos Paços do Concelho

assume-se, igualmente, como espaço cultural. Além de continuar a ser objecto de um programa de visitas guiadas nas manhãs dos dois primeiros domingos de cada mês, acolhe a exposição «Presidentes de Portugal, até 31 de Outubro, uma iniciativa a pensar no público escolar.

Conferências, visitas guiadas, actividades lúdico-culturais integram, também, o vasto programa cultural, que poderá ser consultado aqui.

Associação do Prémio Infante D. Henrique distinguiu 36 jovens

A Associação do Prémio Infante D. Henrique distinguiu hoje 36 jovens participantes no respectivo programa de actividades, através da entrega de medalhas e diplomas. A cerimónia, presidida por Rui Rio, decorreu nos Paços do Concelho e contou com a presença de D. Duarte Pio, fundador daquela instituição particular de solidariedade social.

Recorde-se que a cidade do Porto foi pioneira em Portugal na adesão,

em 1988, a este Programa internacionalmente reconhecido. De resto, o protocolo celebrado há três anos entre a autarquia e a Associação Prémio Infante D. Henrique permitiu que este Programa pudesse ser implementado com carácter sistemático.

Versão portuguesa do «The Duke of Edinburgh's Award», fundado em 1956 na Grã-Bretanha pelo Duque de Edimburgo, o Prémio é considerado o melhor Programa Internacional de Desenvolvimento Pessoal para Jovens.

Novo Centro de Educação Ambiental arranca em Janeiro

O Pelouro do Ambiente da CMP apresentou o Programa de Educação Ambiental dirigido à comunidade escolar para o ano lectivo de 2006/2007, de que se destaca, como principal novidade, a instalação do 5º Centro de Educação Ambiental, cujo arranque em pleno está previsto para Janeiro.

O novo Centro ficará instalado nos Jardins do Palácio de Cristal, no local onde funcionavam as oficinas do Micro-Mundo Vivo, que serão alvo de algumas obras de conservação que estarão concluídas até ao final do corrente ano.

Segundo o Vice-Presidente da autarquia e Vereador do Pelouro do Ambiente, Álvaro Castello-Branco, esta iniciativa resulta de uma parceria com o Gabinete do Desporto e com a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica.

«Queremos, deste modo, aproveitar ao máximo os recursos pedagógicos e científicos existentes no município, bem como facilitar o acesso de algumas freguesias, designadamente as do Centro

Histórico, às nossas actividades», adiantou o autarca.

Álvaro Castello-Branco, que fez um balanço «muito positivo» das actividades desenvolvidas neste domínio ao longo do anterior ano lectivo, realçou o aumento substancial de participantes que têm vindo a aderir ao projecto da educação ambiental.

«Só no ano passado, acolhemos nos nossos centros (Covelo, S. Roque, Pasteleira e Núcleo Rural do Parque da Cidade) cerca de 33 mil pessoas, o que se traduziu num aumento muito expressivo face ao ano anterior, em que participaram nas nossas actividades cerca de 28 mil», salientou.

O incremento percentual de alguns segmentos de público tradicionalmente arredados desta oferta pedagógica foi outro aspecto sublinhado. Como exemplo, referiu neste particular, franjas da população adulta e até mais idosa, assim como o público universitário e pessoas portadoras de deficiência.

«A nossa estratégia assentou na desconcentração de actividades por todo o território do concelho do Porto, com acesso totalmente gratuito», revelou, referindo, a propósito, o esforço de complementaridade que tem existido entre a CMP e a Lipor, no sentido da prossecução de «uma aposta sem hesitações na educação ambiental, enquanto factor fundamental de uma verdadeira mudança de comportamentos, sobretudo na população mais jovem, constituída por aqueles que determinarão um futuro melhor».

AutoClássico Porto 2006 inaugurado na Exponor

O Presidente da CMP, Rui Rio,



Notícias do Porto

inaugurou hoje o IV Salão Internacional do Automóvel e Motociclo Clássico e de Época, que estará patente ao público durante este fim-de-semana na Exponor, em Matosinhos.

O certame aumentou este ano a sua oferta comercial com a presença de mais de 240 expositores, entre os quais um espaço dedicado ao II Grande Prémio Histórico do Porto, que o autarca visitou em detalhe.

O evento, da iniciativa da Câmara Municipal do Porto, repartir-se-á, em 2007, por dois fins-de-semana consecutivos no Circuito da Boavista: o de 6 a 8 de Julho será dedicado a corridas de automóveis contemporâneos e o de 13 a 15 de Julho integrará um vasto conjunto de provas de históricos e clássicos, fabricados entre 1930 e 1981.

Rui Rio foi recebido por Francisco Santos, responsável pela promoção e divulgação do Grande Prémio, e pelo antigo piloto Mário Araújo (Nichia) Cabral.

No âmbito da visita que efectuou aos diversos pavilhões do certame, o Presidente da CMP teve ainda a oportunidade de assistir à apresentação do modelo à escala real do Vinci GT, o primeiro concept car totalmente desenvolvido em Portugal pelo Auto Museu da Maia, em parceria com o CEIIA - Centro de Engenharia.

Este novo roadstar é inspirado nos míticos automóveis desportivos dos anos 60 e 70 e utiliza a mais avançada tecnologia automóvel de alta



performance.

O AutoClássico Porto 2006 renderá, entretanto, homenagem ao decano cineasta português Manoel de Oliveira, através de diversas mostras de fotos, troféus e filmes, que recordarão as suas principais proezas no automobilismo desportivo. A estrela desta exposição é o Ford V8, que Oliveira tripulou, em 1938, na corrida da Gávea.

Mais uma vez: CMP obrigada a desmentir o JN

A Câmara do Porto viu-se hoje na necessidade de ter de voltar a

desmentir o Jornal de Notícias. Uma situação que se tem vindo a repetir com lamentável frequência e que deriva duma postura editorial de oposição à CMP, que um órgão de comunicação com a história e os pergaminhos do JN, jamais deveria prosseguir. Em carta enviada ao Director, Leite Pereira, foi solicitada, nos termos da lei, a publicação do seguinte texto:

1 - Ao abrigo do nº 1 e do nº 2 do artigo 24º da Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro (Lei de Imprensa), conjugados com o nº 2, alínea a), nº 3 e nº 4 do artigo 26º da mesma Lei, vem o Presidente da Câmara Municipal do Porto requerer os direitos de resposta e de rectificação da notícia publicada hoje, 26/09/2006, no "JN", na página 23, sob o título "Empresa reclama 1,9 milhões pela reabilitação da Boavista", e que é a manchete da 1ª página "Empreiteiro exige a Rui Rio indemnização de 1,9 milhões", nos termos do texto que se segue:

1 - É mentira a manchete da 1ª página do JN, "Empreiteiro exige a Rui Rio indemnização de 1,9 milhões" sendo óbvia a intenção de denegrir o Presidente da CMP e enganar os leitores. A referida acção foi entreposta à empresa "Porto - Gestão de Obras Públicas EM" e não a Rui Rio, da mesma forma que quem demanda uma empresa pública não demanda o Primeiro-Ministro.

2 - É mentira que a requalificação da Boavista "custou à Câmara 4,9 milhões de euros". É sim verdade que pela referida obra a CMP suportou 1,1 milhões.

3 - É mentira que a "obra serviu para o circuito de automóveis antigos". É sim verdade que a

intervenção na Avenida da Boavista teria que ser sempre feita, mesmo sendo dispensável para a realização do Grande Prémio Histórico do Porto. O JN também sabe que a Metro do Porto se associou a esta obra com o objectivo de evitar nova intervenção mais tarde, tendo em conta a futura linha da Boavista, decidida no Conselho de Ministros do Freixo, em Julho de 2003, e cujas primeiras obras, se iniciaram em Março de 2004 com a requalificação do início da avenida junto à Casa de Música.

4 - É verdade que o JN classificou de "polémica" a reabilitação parcial da Boavista, mas não é verdade que os portugueses com ele concordem, já que desde o início apoiaram o projecto municipal - depois disso houve eleições! - nomeadamente por desejarem ter o Metro naquele troço, e pelo indiscutível sucesso do Circuito da Boavista, do qual o JN até foi um dos principais patrocinadores.

5 - É verdade, e é do conhecimento geral, que são frequentes, por todo o País, os pedidos de indemnização de empreiteiros em concursos públicos, e particularmente nas autarquias. Mas se o JN utilizar os mesmos critérios em iguais circunstâncias terá, seguramente, manchetes de pedidos de empreiteiros para muitos e longos meses.

6 - O "Jornal de Notícias" deturpou os factos, e violou os princípios éticos e legais por desrespeito à verdade, rigor e boa-fé.

Não ouviu a Câmara do Porto, e em minha opinião, escolheu uma notícia, e sobretudo os títulos que mais convinham a quem pretende combater o actual Executivo municipal.

- © CM Porto

Notícias de Aveiro

Festa da Edição de Outono da Revista Municipal de Cultura "Pontes & Vírgulas"

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da Festa da Edição de Outono da Revista Municipal de Cultura "Pontes & Vírgulas" que decorreu no fim de Setembro no Bar "Cais do Paraíso".

Na festa estiveram presentes o Vereador da Câmara Municipal de Aveiro, Pedro Ferreira, os autores dos textos, dos colaboradores e dos mecenas deste terceiro número da revista. Houve alguns apontamentos musicais pelo Vladimir Omeltchenko e um momento de poesia por Jorge Neves, do Grupo Poético de Aveiro.

Zé Augusto, Naia Sardo, Zé Lú, Paulo Trincão, João de Mancelos,



Jaime Borges, Ernesto Martins, foram alguns dos colaboradores presentes que, desta forma, mostraram a sua satisfação e apreço por este número da "Pontes & Vírgulas".

"Pontes & Vírgulas", da responsabilidade da Câmara

Municipal de Aveiro, surge com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentado da cultura aveirense, no sentido de estabelecer um contacto privilegiado entre a procura e a oferta culturais aveirenses.

Campanha de Sensibilização para o uso racional da água

Arrancou a Campanha de Sensibilização para o uso racional da água, através da distribuição do Livro "João Sabichão" às crianças de

Aveiro.

A campanha de sensibilização, da responsabilidade dos SMA - Serviços Municipalizados de Aveiro, pretende alertar e sensibilizar a população para o uso racional da Água. Esta iniciativa vai começar pelos mais novos através da distribuição do livro "João Sabichão".

O livro "João Sabichão" destina-se a crianças até ao 2º ciclo do Ensino Básico e serão distribuídos 5000 exemplares nas escolas, instituições de carácter educativo / social - ensino especial, juntas de freguesia, pediatria do hospital Infante D. Pedro e outros locais públicos.

O livro contém várias informações

Notícias de Aveiro



sobre a água que existe no planeta Terra, explica o ciclo hidrológico, isto é, o ciclo natural da água, onde se

consome mais este bem essencial à vida humana e as diferentes formas de poupar água no nosso dia-a-dia.

Os destinatários ficam ainda a saber o que são as águas residuais, qual é o ciclo de utilização da água e como podemos diminuir as águas residuais na cozinha e na casa de banho. O livro informa ainda como se procede ao

tratamento de águas residuais e fornece dicas para um comportamento amigável do ambiente. Na parte final da brochura, as crianças podem fazer os passatempos relacionados com a temática que lhes são propostos.



Notícias de Portimão

Ria de Alvor – Sítio de Importância Comunitária

O PSD Portimão congratula-se com a atribuição pela Comissão Europeia à Ria do estatuto de Sítio de Importância Comunitária à Ria de Alvor, envolvendo uma área de 1454 hectares.

Esta decisão da Comissão, publicada no Jornal Oficial da União Europeia a 21 de Setembro, vem reforçar a necessidade de que, a nível local, sejam postos em vigor os mecanismos adequados à preservação da biodiversidade e à protecção de uma das mais importantes “jóias” do Concelho. Passados largos meses sobre a polémica mediática que rodeou a Ria de Alvor e sobre a decisão de avançar rapidamente para a criação da Área de Paisagem Protegida, é tempo de questionar os responsáveis pelas Câmaras de Portimão e Lagos sobre o estado actual do processo e qual o prazo previsto para a sua conclusão.

A este propósito convém estar atento às apreensões que envolvem os Estados membros da União Europeia, e às importantes intervenções do Comissário Stavros Dimas. Deve ser preocupação de todos, responsáveis europeus e nacionais mas também do poder local, a necessidade de parar a crescente destruição da biodiversidade, reflectir sobre as suas causas e tomar medidas de correcção de erros do passado e de prevenção de eventuais erros futuros.

Sem fundamentalismos, sem esquecer as pessoas e as suas necessidades, sem impedir o desenvolvimento sustentado das regiões, é possível e desejável

promover a defesa ambiental, permitindo a continuação das actividades agrícolas, da pesca ou da caça e buscando na presença humana contributos para a defesa dos valores ambientais.

A adopção de boas práticas permitirá conciliar esta defesa da biodiversidade e dos valores ambientais com o desenvolvimento económico, sendo possível harmonizar a criação de investimento turístico (fundamental na nossa Região e no Concelho) com qualidade, integrado, respeitando o interesse público e o próprio entendimento da Comissão Europeia.

É tempo de agir e de preparar o futuro. Assim, o PSD Portimão, que não se demite do seu papel de Oposição crítica e alternativa com soluções, propõe:

- que seja estabelecido o final do ano como prazo para a elaboração da proposta de criação da Área de Paisagem Protegida da Ria de Alvor ;

- que, independentemente da revisão do PDM a que se procederá nos próximos anos, seja desde já constituída uma Comissão para estudar o futuro da Ria de Alvor, envolvendo a Autarquia e as forças políticas, técnicos dos sectores do Urbanismo e do Ambiente, Associações Ambientais, empresários, representantes dos moradores e das actividades económicas ligadas

à Ria (mariscadores, associação de regantes e outras). – **CPS/ PSD – Portimão**

Preocupações urgentes com o problema das urgências cardiovasculares no Distrito

O deputado pelo círculo do Algarve, José Mendes Bota, apresentou um requerimento na AR, no qual pede ao Ministério da Saúde resposta às questões e preocupações urgentes relativas ao problema das urgências cardiovasculares naquele Distrito. Diz Mendes Bota:

O documento contendo as propostas das Redes de Referência Cardiovascular de Urgência e Vias Verdes de Enfarte Agudo do Miocárdio e de Acidente Vascular Cerebral encontra-se em fase de discussão pública.

Nesse documento considera-se que a Unidade de Hemodinâmica do Hospital Distrital de Faro é a única, no Algarve, capaz de realizar Angioplastia Primária.

Esta conclusão ignora a existência da Unidade de Intervenção Cardiovascular (UIC) do Hospital Particular do Algarve, que funciona no Alvor, município de Portimão, e que tem desenvolvido uma acção notável nesta área, utilizando as mais modernas tecnologias e especialistas de inquestionável gabarito.

Este documento, ignora também que está em vigor um protocolo de colaboração entre a UIC e o Centro Hospitalar de Portimão, assegurando uma cobertura ininterrupta de exames e intervenções de Hemodinâmica (que inclui a Angioplastia Primária, onde aliás se verifica o mais alto ratio do país, com 1.400





Notícias de Portimão

angioplastias por milhão de habitantes), e dispõe de ambulância própria, que garante um período máximo de trinta minutos entre o telefonema do médico referenciador e a intervenção.

O documento, baseado em pressupostos que não correspondem à realidade, justifica o afastamento da

UIC do Hospital Particular do Algarve fazendo referência a índices de intervenções que este cumpre de facto.

Obrigar os doentes cardiovasculares do Barlavento a terem que ser deslocados para Faro, quando já dispõem de uma unidade altamente qualificada à porta, é uma violência

de consequências gravosas para a vida das pessoas a carecer de assistência urgente.

Nestas circunstâncias, requeiro resposta às seguintes questões:

a)- Está o Ministério da Saúde disponível para rever a avaliação que foi feita da UIC do Hospital Particular do Algarve?

b)- Vai o Ministério da Saúde dar resposta à carta do Hospital Particular

do Algarve, de 25 de Agosto, a contestar a sua exclusão das Redes de Referência Cardiovascular de Urgência e Vias Verdes de Enfarte Agudo do Miocárdio e de Acidente Vascular Cerebral?

c)- Vai o Ministério da Saúde dar prioridade à vida das pessoas sobre quaisquer complexos relativamente ao sector privado da Saúde?

- CPD/Algarve

Notícias de Cascais

Apresentação de trabalhos sobre a recuperação do Centro Histórico

A eficácia da reabilitação dos Centros Históricos depende, à partida, de uma correcta inventariação dos edifícios e dos espaços que os constituem, assim como da identificação dos seus principais problemas e potencialidades, para que se estabeleçam prioridades e regras de intervenção.

No documento estratégico mais importante do Concelho, o Plano Director Municipal, aprovado há quase 10 anos, a definição das regras de intervenção nos edifícios dos Centros Históricos confunde-se, inexplicavelmente, com as de outras áreas urbanas.

Apesar do trabalho desenvolvido nos últimos anos pela Câmara Municipal de Cascais, travando algumas pretensões desproporcionadas e descaracterizadoras dos Centros



Históricos, são ainda assinaláveis as lacunas existentes ao nível da identificação, delimitação, inventariação e regulamentação dos Centros Históricos do Concelho.

Para se atingir um dos principais objectivos traçados na proposta do novo PDM, em apreciação na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, estão em curso vários trabalhos de análise urbana e propostas de reabilitação dos Centros Históricos, resultando de produção interna, da própria Câmara,

mas também de parcerias com entidades externas, entre as quais a Universidade Lusitana de Lisboa.

Assim, no fim do mês passado, no salão nobre dos Paços do Concelho, foram apresentados projectos de recuperação de edifícios do Centro Histórico de Cascais, elaborados por finalistas do curso de Arquitectura da Universidade Lusitana. Uma hora depois, na Praça 5 de Outubro, foi inaugurada a exposição daqueles projectos e de elementos correspondentes ao levantamento

arquitectónico do Centro Histórico de Cascais, constituído por um extenso conjunto de fichas individuais dos edifícios, alçados de arruamentos, maquetes dos projectos, etc.

Estes trabalhos, realizados em 2005/2006, inscrevem-se no âmbito do protocolo celebrado no ano transacto entre a Autarquia e aquela Universidade. O protocolo estende-se ao presente ano lectivo, tendo-se elegido, como área de estudo, o novo perímetro do núcleo urbano histórico do Monte do Estoril - um dos mais

Notícias de Cascais

interessantes do Concelho e seguramente um dos mais prejudicados pela desregulamentação e pela concretização de expectativas de construção claramente inflacionadas - resultantes dos primeiros anos da aplicação do PDM de 1997.

A Câmara Municipal de Cascais conclui em 2006, com esta mostra, uma sequência de exposições acerca de projectos de reabilitação urbana na Vila de Cascais, (Concurso da Cidadela, Projecto Nova Marina e outros equipamentos, Concurso do Mercado de Cascais e Parque Urbano da Ribeira das Vinhas).

GP do Mar de Portugal disputou-se em Cascais

O mar de Cascais foi uma vez mais o palco de um grande evento desportivo, desta feita a derradeira jornada do Campeonato do Mundo Powerboat P1. Nos dias 28 e 29 de Setembro e 1 de Outubro, duas dezenas de barcos de competição ao mais alto nível - a "Fórmula 1 das corridas no mar" - asseguraram um final de temporada emocionante e espectacular.

Portugal integrou pela primeira vez o calendário de provas do Campeonato do Mundo Powerboat P1. Depois de inicialmente agendado para Oeiras, o Grande Prémio do Mar de Portugal disputou-se em Cascais, pontuada por excelentes infra-estruturas e um magnífico pano de fundo para uma competição que traz consigo potência e velocidade, mas também muito glamour.

Cascais recebeu, assim, a prova de todas as decisões tendo em conta que foi neste exigente "campo" que se apuraram os campeões de 2006 das classes Evolution e Supersport. - **Fonte: Gab. Imp. CM Cascais**



Noticias de Braga

Vereadores da Oposição querem apoios transparentes para Associações Juvenis do Concelho

No seguimento dos contactos institucionais que têm vindo a decorrer, os Vereadores da Coligação apoiada pelo PSD, o líder desta Coligação na Freguesia de Arentim, Celestino Ferreira, e o Presidente da Juventude Social Democrata de Braga, Hugo Soares, reuniram com a Associação Juvenil de Arentim (AJA).

A AJA, constituída por mais de 210 sócios, ultrapassa já largamente o âmbito da freguesia de Arentim, contando com associados oriundos das mais diversas localidades do Concelho.

Durante o encontro a Direcção da Associação lamentou-se da quase ausência de apoios, nomeadamente da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Segundo a AJA os apoios são poucos ou nenhuns e quando os há é preciso grande insistência e persistência para convencer as autarquias a disponibilizar um qualquer tipo de apoio seja ele financeiro ou logístico.

Como principais carências para poderem desenvolver as suas actividades em prol dos jovens da Freguesia e do Concelho a AJA aponta a falta de um espaço condigno para a sede da Associação (que agora parece surgir graças ao esforço e abnegação dos seus associados que estão a proceder à remodelação de um espaço exíguo cedido por um particular) e de um espaço "polivalente".

A AJA reclama ainda ter assento no Conselho Municipal da Juventude (CMJ), órgão para o qual nunca foi convidada conforme dispõem os estatutos do CMJ. Ora, sendo esta associação juvenil uma das mais activas e dinâmicas do Concelho, não admira que o CMJ não funcione e não passe dum "peso morto" na moribunda política de juventude de Braga.

Com particular estranheza os Vereadores da Coligação constataram que a Junta de Freguesia atribui um conjunto de subsídios a outras entidades da freguesia discriminando outras associações, como é o caso da AJA.

As iniciativas meritórias da AJA são por demais conhecidas e promovem a ocupação de jovens em actividades lúdicas e pedagógicas. Para a Coligação, conforme vem defendendo, é fundamental que este tipo de associações sejam apoiadas e acarinhadas, mediante contratualização por projecto/objectivos. Tais apoios devem ser por isso generalizados e transparentes de forma a acabar com uma política "de chapéu na mão" tão ao gosto dos autarcas socialistas que seguem o exemplo vindo da Praça do Município.

Esta atitude da Autarquia perante as associações jovens do concelho é em tudo análoga à política de apoios aos clubes e associações desportivas: "só se dá a alguns, quando apetece e conforme convém aos interesses do poder instalado".

Os vereadores da Coligação enaltecem o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela AJA e por outras associações juvenis que vão conseguindo disfarçar a total falta de sensibilidade da Autarquia para as questões da juventude e que nem por a ela tantas vezes se substituir são apoiadas.



Trabalhadores: que futuro?

O governo não tem estratégia para dinamizar a economia

Os tempos estão difíceis! O Eng.º Sócrates e o Partido Socialista, estão a levar os trabalhadores e os portugueses a um beco sem saída!

Fingir que se governa, pode amortecer a opinião pública através de campanhas de Marketing na Comunicação Social na tentativa de desdramatizar o verdadeiro Estado da Nação.

De facto, as comunicações consideradas politicamente correctas, apesar dos aumentos dos impostos, o apertar do cinto dos trabalhadores, em particular dos funcionários públicos, considerando a incerteza financeira criada no sistema da Segurança Social, e o desequilíbrio das contas públicas, a que acresce a falta de investimentos, baixou o nível de confiança dos portugueses e das empresas. Afinal, a promessa política na criação dos 150.000 empregos para jovens é para ser cumprida quando?

O Governo só se tem preocupado na colocação dos seus “boys” nas grandes empresas, tais como, a ANA, a EDP, GALP e PT, sempre com chorudos vencimentos. Será assim que chegaremos à criação dos 150.000 empregos prometidos? A resposta é evidentemente, não!

Ao contrário, conclui-se que o governo não tem qualquer estratégia para dinamizar a economia real e muito menos a sectorial, nomeadamente o Turismo, a Agricultura e Pescas, a Indústria. O caso da Opel da Azambuja é paradigmático de uma falta de política concertada para a sustentação saudável económica e financeira do País.

E que dizer dos fogos? O Ministro da Administração Interna, veio penitenciar-se de que a sua política foi um completo falhanço. A promessa que os fogos iriam ser totalmente controlados, na palavra do Ministro, não se verificou, muito pelo contrário, sem as chuvas de Agosto e Setembro certamente a área ardida seria idêntica à dos anos anteriores.

A Distrital de Lisboa dos TSD, espera deste governo, como aliás espera de todos os governos, que sejam criadas condições para que as empresas se desenvolvam social e economicamente, em ordem a que se consiga começar, no caso do actual governo, cumprir as promessas eleitorais.

Quanto a investimentos, estamos falados, já se sabe que a OTA e o TGV são as bandeiras do actual governo!

Será que os milhões que vão ser empregues nessas estruturas não seriam melhor investidos noutras áreas. É um assunto que preocupa os TSD e vamos futuramente debater em profundidade.

Também, estamos preocupados com a reforma da Administração Pública, que consideramos ser pertinente e urgente desde que se consiga que seja feita em termos política e socialmente correctos, que também será alvo de debate dos TSD.

Até ao final do ano, conjuntamente com o Secretariado Nacional dos TSD, levaremos a cabo reuniões de trabalho para debater exaustivamente estas problemáticas.

– Comunicado da Distrital de Lisboa dos TSD, em 29 de Setembro de 2006





JSD Amarante presente em jantar do PSD Amarante

A JSD Amarante esteve presente, no passado dia 23 de Setembro, no jantar convívio promovido pelo PSD Amarante, que decorreu nas instalações do Hotel Amaranito.

No jantar estiveram cerca de 150 apoiantes, num ambiente descontraído e propício ao convívio laranja. De realçar, ainda, a presença do Dr. Agostinho Branquinho, Presidente da Distrital do Porto do PSD, do Dr. Miguel Santos, Secretário Geral da Distrital do Porto do PSD, e do Dr. Miguel Macedo, Secretário Geral do PSD Nacional.

No decorrer do jantar foram proferidos os discursos dos convidados, bem como do anfitrião Eng.º Alberto Sampaio, Presidente da Comissão Política do PSD Amarante e do Presidente da Comissão Política da JSD Amarante, Carlos Carvalho.

O Presidente da JSD Amarante foi o primeiro a usar da palavra e, num discurso directo, referiu que “a participação da JSD na sociedade não se fica pela dita «política de juventude» (...) deve ir mais longe e centrar-se na perspectiva de futuro para todos aqueles que hoje são jovens, mas que amanhã deixarão de o ser”, referiu, também, a questão do encerramento da maternidade e dos serviços públicos, referindo a acentuar da desertificação e a baixa natalidade. Acusou os órgãos do poder de falta de planeamento estratégico e de falta de pensamento no futuro. Questionou, ainda, os investimentos da Câmara Municipal de Amarante, face aos resultados que tem obtido dos mesmos. E terminou realçando a importância das bases do PSD e da necessidade de se



fazer uma política cada vez mais séria e ao encontro das populações.

Intervieram de seguida representantes de diversas estruturas social-democratas, falando sobre as questões políticas com que mais directamente estão relacionados e dirigindo palavras de apoio e incentivo aos militantes do PSD de Amarante.

Nota última para a presença de vários militantes da JSD Amarante, prova da vontade de refrescar e de mudar a política Amaranitina, apostando na juventude e na dinâmica e eloquência da jovem estrutura laranja Amaranitina.

JSD Arouca debate Declaração de Bolonha

A JSD Arouca, realizou no passado dia 22 de Setembro, uma Sessão de Esclarecimento, em que o tema principal foi a declaração de Bolonha. A iniciativa, que foi realizada no Salão Nobre dos Bombeiros, contou com a presença de muitos jovens estudantes, tanto do ensino universitário, como do ensino secundário.

Após algumas palavras em que o orador Carlos Vaz Franco (coordenador do Ensino Superior Nacional da JSD) explicou as principais mudanças, que o ensino superior terá que tomar, por força da implementação da declaração, os participantes, tomaram a palavra para desfazer as suas dúvidas em relação ao tema em questão, demonstrando que se trata duma matéria em que existem muitas dúvidas e incertezas.



JSD Amadora recebida em audiência pelo Coordenador da Comissão de Transportes do PSD na Assembleia da Republica

No passado dia 22 de Setembro, uma delegação da JSD Amadora foi recebida em audiência na Assembleia da República pelo Coordenador da Comissão de Transportes, Obras e Comunicações, o deputado Luís Rodrigues.

A delegação da JSD Amadora composta por Filipe Ferreira, Patrícia Ferreira, Nuno Antunes, Maria José Fonseca e Hugo Roque apresentou dois dossiers relativos a:

- Tarifário do metropolitano, nomeadamente da introdução de um bilhete de ida e volta;

- Reestruturação das carreiras da Carris no Município da Amadora;

Apresentámos os esforços da JSD Amadora em terminar com a discriminação que o Metropolitano de Lisboa votou os amadorenses, devido à inexistência de um bilhete de ida e volta o que onerava ainda mais as já débeis economias familiares. A resposta positiva da administração do Metropolitano veio restaurar a normalidade, melhorando assim as condições de vida daqueles que vivem e trabalham na Amadora.

Esta campanha iniciada pela comissão política da JSD foi executada pelos seus autarcas na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia.

Este esforço coordenado deu os seus frutos, demonstrando assim a viabilidade da estratégia por nós seguida.

Em relação à reestruturação das Carreiras da Carris no Município da Amadora apresentámos as nossas exigências e mostrámos a nossa preocupação no facto de uma empresa pública estar de costas voltadas para as populações e para os seus eleitos, mostrando um autismo em relação às consequências económicas, sociais e ambientais que esta medida trará para o município da Amadora.



CABECEIRA DE BASTO

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no dia 13 de Outubro de 2006, sexta-feira, às 21h00, na sede do partido, sita no Loteamento do Quinchoso, em Cabeceira de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos

Ordem de Trabalhos
Antes da Ordem do Dia
Ordem do Dia

1- Análise da situação política nacional e distrital, com a presença da Comissão Política Distrital;

2- Análise da situação política concelhia;

3- Outros assuntos de interesse para a Secção.

Nota:

Nos termos do nº 2 do artigo 66º, dos Estatutos, a Assembleia funcionar a partir das 21h30 com qualquer número de militantes presentes.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2006, das 18h00 às 23h00, na sede concelhia da Covilhã, na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia da Secção do PSD da Covilhã

Nota: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo do artigo 51º e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Idanha-a-Nova, para reunir no dia 18 de Novembro de 2006, pelas 20h00, na sede concelhia em Idanha-a-Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia;

2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: A eleição decorrerá entre as 20h00 e as 22h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia 15 de Novembro.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo do que estipula o artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para uma reunião, que terá lugar na sede do partido, sita na Rua da Liberdade, nº 6, na cidade da Figueira da Foz, pelas 20h30, de sexta-feira, dia 20 de Outubro de 2006, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente número legal de militantes para se iniciar a Assembleia, esta iniciar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Figueiró dos Vinhos do PSD, para uma Assembleia Eleitoral no dia 3 de Novembro de 2006, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 8, em Figueiró dos Vinhos, pelas 19h00 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas para o acto eleitoral, das 19h00 até às 23h00.

As listas de candidatura deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede da Secção sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 8, em Figueiró dos Vinhos.

As candidaturas em lista, as respectivas proposituras, bem como as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral em vigor.

PAREDES – Distrital do Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Paredes, para reunir no dia 4 de Novembro de 2006, sábado, pelas 14h30, na sede concelhia, sita na Rua 1º Dezembro, na cidade de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política do PSD de Paredes;

Notas: As listas candidata, devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto, durante os dias úteis entre as 9h00 e as 19h00, ou então até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto acima referido.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 19h30.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de S. João da Madeira, dotados de capacidade eleitoral activa, para reunirem no dia 3 de Novembro de 2006, pelas 19h00, na sede da secção, sita no Centro Comercial Castilho, na Avenida Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00 do dia 3 de Novembro de 2006.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção de S. João da Madeira, ou a quem o possa substituir, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes do PSD da Secção Oriental de Lisboa, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 9 de Novembro de 2006 (quinta-feira), entre as 18h00 e as 22h00, nas instalações da Secção, sitas na Rua Manuel dos Santos, 21 A - Cave – 1900-317 LISBOA com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Eleição da Mesa da Assembleia da Secção; Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues entre as 22h00 e 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (6 de Novembro de 2006)

NÚCLEO DE CARCAVELOS

Ao abrigo do Artº 59º (Reuniões) dos estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia do Núcleo de Carcavelos para reunir no próximo dia 03 de Novembro de 2006 pelas 21h30m na sua sede, sita na Rua do Jogo da Bola Lote 1ª c/v em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1- Informações

2- Eleições para a Comissão Política do Núcleo

2.1 – Apresentação da (s) Candidatura (s)

2.2 – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas: As urnas estarão para o acto eleitoral estarão abertas das 22h00 às 24h00

a) Só serão elegíveis e poderão eger neste acto os militante que há data do mesmo estejam inscritos há pelo menos 6 meses – Artº 68 nº 1, alínea a) e nº 2 dos estatutos e Artº 8º ponto 1 do Regulamento Eleitoral;

b) A identificação dos eleitores deve ser feita através da apresentação do Cartão de Militante e do Bilhete de Identidade ou qualquer outro documento oficial com fotografia, ou excepcionalmente através de identificação por 2 militantes inscritos no respectivo caderno eleitoral que atestem sob compromisso de honra a sua identidade, devendo tal facto constar, obrigatoriamente em acta, com a menção expressa dos seus nomes, números de militante e de Bilhete de Identidade (Pontos 8 e 9 do Artº 9 do regulamento Eleitoral).

c) As listas candidatas a este acto eleitoral deverão ser entregues ao presidente da Comissão Política de Núcleo, na sede do Núcleo até às 24 Horas do 3º dia anterior ao do acto eleitoral (Artº 4º do Regulamento Eleitoral).

BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Beja para uma reunião da Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 14 de Novembro (terça-feira), pelas 21H00, na sede concelhia, sita na Praça da República, nº 17, em Beja, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação dos órgãos concelhios recentemente empossados
2. Informações
3. Análise da situação política



ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da Secção de Ansião, para o próximo dia 4 de Novembro de 2006, pelas 17h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. Vítor Faveiro, n.º 1 3240 Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As urnas estarão abertas das 17h30 às 19 horas.

b) As listas deverão dar entrada até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa
(Ana Isabel Santos)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas

algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 4 de Novembro de 2006 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede de Concelhia do PSD de Coruche, sita na Rua dos Guerreiros, n.º 47, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente, o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

O Presidente da Mesa
(Filipe Pires Rosado)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para a concelhia da JSD de Leiria, para o dia 4 de Novembro de 2006, pelas 16h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Av. José Jardim, n.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição para a concelhia da JSD de Leiria.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede supra citada.

b) As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos individual.

c) A urna permanecerá aberta por um período de duas horas. Assim sendo a urna estará aberta das 16h30 às 18h30.

d) Para que uma lista possa ser entendida como completa deverá a

mesma conter o número mínimo de candidatos previsto nos estatutos.

O Presidente da Mesa
(Edgar Nuno L. Barbeiro)

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção do Montijo para reunir no próximo dia 21 de Outubro de 2006, pelas 21h30, na Sede de Secção, sita na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;
2 – Análise da Situação Política.
O Presidente da Mesa
(Carlos Caldeira)

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, o Conselho Distrital de Vila Real, vem desta forma, convocar o Plenário de Secção de Murça da JSD, para reunir no dia 4 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 25 - 1.º, 5090-539 Murça, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário;
2 – Eleição da Comissão Política de Secção;
3 – Outros Assuntos.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23 horas.

O Presidente da Mesa do C. D.
(Custódio Tender)

NÚCLEO DE PARANHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, artigo 102º, alínea 2, venho por este meio, na qualidade de Presidente da Mesa do Plenário da JSD do Núcleo de Paranhos, convocar uma sessão ordinária do Plenário de Núcleo. Este terá lugar no dia 13 de Outubro de 2006, pelas 21h30, na Sede do PSD em Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, n.º 63, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação da CPN e respectivas actividades;
2 – Análise da Situação Política;
3 – Outros assuntos.
O Presidente da Mesa
(Hugo Carneiro)

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Sesimbra, a ter lugar no próximo dia 4 de Novembro de 2006, pelas 16h30, na Sede do PSD/Sesimbra, sita na Rua da República, n.º 20 -1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues à

Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital de Setúbal. As urnas estarão abertas das 16h30 às 19h00.

O Presidente da Mesa
(Nuno Lucas)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Vila Pouca de Aguiar, para reunir no dia 4 de Novembro de 2006, pelas 14h30, na Sede do PSD de Vila Pouca de Aguiar, sita na Rua Dr. Mota Pinto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
2 – Eleição da Comissão Política de Secção;
3 – Outros Assuntos.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 16 horas.

O Presidente da Mesa
(Duarte Marques)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Águeda, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Representantes da Secção de Águeda ao Conselho Distrital Eleitoral de

Aveiro.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 22h30.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Albergaria-a-Velha, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Av. Napoleão, n.º 12, na Vila de Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Albergaria-a-Velha ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

2 – Outros Assuntos de Interesse.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 22h30.

O Presidente da Mesa

(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.



ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Anadia, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2006, pelas 17 horas, na Sede do PSD/Anadia, sita na Alameda Bombeiros Voluntários (s/n, por cima da Pastelaria Riviera), com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Anadia ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17 horas às 19h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Arouca, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Arouca ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do

Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Aveiro, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2006, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 117-1.º, 3800 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Aveiro ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

2 – Outros Assuntos de Interesse.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 18 horas às 20h00 (Duas horas).

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2006, pelas 15 horas, na Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, sita na Rua Professor Egas Moniz, Sobrado, em Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Castelo de Paiva ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da

JSD.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 16h30.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Aveiro, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2006, pelas 10:30 horas, no edifício dos Paços da Cultura, em S. João da Madeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:30h – Acreditação

11:00h – Início do Conselho Distrital

11:15h – Apresentação das Moções ao Conselho Distrital

12:15h – Discussão das Moções apresentadas

13:30h – Intervalo para almoço

15:00h – Continuação da Discussão das moções apresentadas

16:00h – Eleição dos órgãos Distritais

17:00h – Final do acto eleitoral

17:30h – Apresentação dos resultados eleitorais

17:45h – Tomada de posse dos órgãos eleitos

18:15h – Encerramento do Conselho Distrital

Nota:

a) Se há hora marcada o número de delegados não for suficiente para a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

b) As listas candidatas deverão dar entrada até às 24 horas do dia 9 de Novembro na Sede Distrital da JSD.

O Presidente da Mesa Distrital
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Espinho, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Espinho, sita na Rua 19, n.º 339 – 2.º, em Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Espinho ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Estarreja, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Freguesia de Avanca, sita na Rua Corte Real, n.º 36, no Concelho de Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Estarreja ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do

Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Ílhavo, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Ílhavo, sita na Av. 25 de Abril, Edifício Iliabum FJ – 3.º Piso, Ílhavo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Ílhavo ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Mealhada, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21h30, na Sede do PSD/Mealhada, sita no Centro Comercial Jardim, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Mealhada ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Murtosa, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Av. 29 de Outubro, na Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Murtosa ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

OLIVEIRA DE AZÉMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 61-A, Oliveira de Azeméis, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Oliveira de Azeméis ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD/Oliveira do Bairro, sita na Rua do Floral, n.º 67 – 1.º, 3770-218, Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Oliveira do Bairro ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o

Plenário de Secção da JSD de Ovar, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84-1.º Esq. 3880-218 Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Ovar ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de St.ª M.ª da Feira, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2006, pelas 16 horas, na Sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Santa Maria da Feira ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram



publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de São João da Madeira, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 20 horas, na Sede do PSD/São João da Madeira, no Centro Comercial Castilho, 1.º andar, sita na Av. Dr. Renato Araújo, 3700 São João da Madeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de São João da Madeira ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20 horas às 22h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Sever do Vouga para o dia 28 de Outubro de 2006, pelas 20h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Sever do Vouga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Sever do Vouga ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD / Sever do Vouga, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Vagos, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2006, pelas 17 horas, na Sede do JSD/Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 440, R/c Dtº, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Vagos ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17 horas às 19 horas.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONVOCATÓRIAS 27 DE SETEMBRO DE 2006

ERRATA

Por lapso, na anterior edição do Povo Livre, foram publicadas algumas convocatórias com dados errados, bem como não foram publicadas outras.

Para que todos os actos eleitorais decorram dentro da normalidade, publicam-se agora as convocatórias correctas e as que ficaram em falta.

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Vale de Cambra, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Representantes da Secção de Vale de Cambra ao Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa
(Pedro Neves)

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Conselho Distrital de Lisboa, para reunir no próximo dia 16 de Outubro de 2006, pelas 21h00, na Sede Nacional do PSD, sito na Rua de S. Caetano à Lapa, n.º 9 em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apreciação e Votação do novo Regulamento do Conselho Distrital de Lisboa;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Informações do Presidente da CPDL.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Luís Newton)

QUELUZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e na ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD de Queluz, para reunir no próximo dia 5 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sito na Rua D. Pedro IV, n.º17 em Queluz, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção;

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Luís Newton)

NÚCLEO DE AVINTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Avintes, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DE CRESTUMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Crestuma, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DE LEVER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Lever, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DE MAFAMUDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Mafamude, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Fangueiro)

NÚCLEO DO OLIVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Olival, para o próximo dia



11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DE OLIVEIRA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Oliveira do Douro, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DE SÃO FÉLIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de São Félix da Marinha, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DE SANDIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Sandim, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DE SANTA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Santa Marinha, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

NÚCLEO DE VALADARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Valadares, para o próximo

dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Nova de Gaia, para o próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)